

**Ata da 2.^a Sessão Ordinária da Assembleia da
União de Freguesias de Cascais e Estoril**

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASCAIS E ESTORIL

Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, Pavilhão Guilherme Pinto Basto, Piso 1, Sala de Troféus

2750-762 CASCAIS

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis realizou-se, pelas vinte e uma horas, nas instalações do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, Pavilhão Guilherme Pinto Basto, Piso 1, Sala de Troféus, uma **Sessão Ordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril**, convocada nos termos legais, e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CASCAIS E ESTORIL, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026;

PONTO 2 – PROPOSTA 138/2026 – APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DA CIMEIRA ASSOCIATIVA JOVEM DE CASCAIS – ESTORIL (CAJCE);

PONTO 3 – PROPOSTA 144/2026 – APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS CAF – 1.º CICLO, E DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF) 1.º E 2.º CICLO, E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF) – ANO LETIVO 2026/2027;

PONTO 4 – INFORMAÇÃO ESCRITA E INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO PRESIDENTE DA JUNTA.

A sessão foi presidida pelo seu Presidente, Senhor Dr. Manuel Basílio de Castro, e secretariada pelos senhores António Manuel da Silva e Patrícia Cristina Martins Salgueiro, 1.º e 2.º Secretários da Mesa, respetivamente.

Participaram, em conformidade com a "Lista de Presenças", para além dos acima mencionados, os seguintes Membros da Assembleia:

- Manuel Ramos Lopes	(PPD/PSD)
- Vasco Prata Palha	(PPD/PSD)
- Maria Gabriela de Viterbo Pitta Gouveia	(PPD/PSD)
- Bruno Manuel Garcia Aragão Andrea Soares	(PPD/PSD)
- João Miguel Gomes de Almeida Telles Ferreira	(CDS-PP)
- Luís Miguel Ferreira Lima	(CDS-PP)
- Nuno Miguel Reihnard Quartin	(JONET)
- Vasco Fernando Soares Marques Pereira	(JONET)
<i>(Em substituição de Teresa Costa Campos Lopes Alves de Noronha)</i>	
- João Paes de Sande e Castro	(JONET)
- Maria Ana de Telles Machado Morais de Barros	(JONET)
- Duarte de Andrade Mendes de Abreu Loureiro	(CHEGA)
- Duarte Manuel Santos Margarido Rei	(CHEGA)
- Bruna Rodrigues Vicente	(Independente)
- Maria João Fialho Gouveia	(Independente)
- Joana Teotónio Pereira	(PS)
<i>(Em substituição de Diogo Maria de Espinhal Torres)</i>	
- Álvaro da Costa Cabral e Gil	(IL)
- Carlos Manuel do Carmo Martins Mesquita	(IL)
- Ana Filipa Alfaia Marques Abraham-James	(LIVRE)

Depois de declarada aberta a sessão, os trabalhos decorreram como se descreve em seguida.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Boa noite a todos e a todas.

De qualquer maneira, cumprimentar, em primeiro lugar, o Sr. Presidente do Executivo e todo o Executivo, os membros da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Estoril e Cascais, e também cumprimentar o público aqui presente nesta 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, mais uma vez realizada em ambiente fora do normal, descentralizando, por assim dizer, as nossas reuniões da Assembleia de Freguesia. Foi um traço que marcou este novo período eleitoral.

Queria dar-vos nota de que estamos numa sessão ordinária, que se compõe de três partes: uma parte aberta ao público, pelo que, a partir deste momento, aceitamos as inscrições para quem quiser tomar a palavra, para falar sobre assuntos relacionados com a nossa freguesia. Têm de dizer os vossos nomes, se faz favor. Como eu estava a dizer, é um período aberto ao público para fazer perguntas ou questões, de assuntos relacionados com a nossa freguesia. Depois, temos o período de antes da ordem do dia, que é um período aberto aos membros da Assembleia, também para apresentarem questões, ou apresentarem declarações de interesse para a Freguesia de Estoril e Cascais. E depois, temos o período da ordem do dia propriamente dito, que tem uma ordem de trabalhos.

Esta sessão é gravada do princípio ao fim, totalmente e globalmente.

E portanto, eu vou ler a convocatória, e depois sugeria que quem falasse se identificasse no microfone e falasse diretamente daqui, para que todos tenham acesso, e para que fique gravado.

“Convocatória da 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril.

Nos termos da alínea b) do art.º 14.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dando cumprimento ao disposto no art.º 11.º da mesma Lei, convoca-se para a 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril, a realizar no dia 25 de junho de 2026, pela vinte e uma horas, nas instalações do Grupo Dramático e Sportivo Cascais, Pavilhão Guilherme Pinto Basto, Piso 1, Sala de Troféus, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Aprovação da ata da 1.ª reunião ordinária da Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril, realizada em 28 de abril de 2026;*
- 2) Proposta 138/2026 – Aprovação do Regulamento da Cimeira Associativa Jovem de Cascais – Estoril (CAJCE);*
- 3) Proposta 144/2026 – Aprovação da Alteração à Tabela de Taxas CAF – 1.º ciclo e das Normas de Funcionamento da Componente de Apoio à Família (CAF) 1.º e 2.º ciclo e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) – Ano letivo 2026/2027;*
- 4) Informação escrita e informação financeira do Presidente da Junta.”*

Por mim assinada em 15 de junho de 2026.

Queria também dar nota das presenças e das substituições. Neste momento, temos um elemento em falta, do Partido Socialista, que é a Joana Pereira. E devemos referenciar que no Grupo JONET "Cascais para Viver", Teresa Costa Campos Lopes Alves de Noronha e Andrade está substituída por Vasco Fernando Soares Marques Pereira; no Grupo do PS, Diogo Maria de Espinhal Torres, do Partido Socialista, está substituído por Joana Teotónio Pereira. Estas são as alterações, em relação ao nosso quórum, que neste momento está em vinte e um elementos, e estão vinte elementos presentes, falta a Joana Pereira, do Partido Socialista. Está em falta, mas diz que está a chegar.

Portanto, vamos dar início à nossa sessão.

Em seguimento ainda, tenho de dar nota à Assembleia de que a Mesa da Assembleia recebeu, em tempo oportuno, uma declaração da Maria João Fialho Gouveia.

"Venho por este meio informar que não sou militante do Partido Socialista, e na sequência da minha desfiliação deste último, e tendo eu sido legitimamente eleita para o lugar de membro da Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril, formalizo pelo presente o pedido de alteração do meu estatuto para membro independente não inscrito."

Recebi também, e dou nota, uma declaração, no mesmo sentido, de Bruna Rodrigues Vicentes, membro eleito pelo Partido Chega, e que também, sendo eleito para o exercício deste mandato, solicita que passe a constar como membro independente não inscrita, deixando de integrar a representação política do Partido Chega na Assembleia de Freguesia.

Portanto, são estas notas que tenho a referenciar.

E vou passar, então, ao período aberto às intervenções do público.

Em primeiro lugar, D. Maria Luísa Teles da Silva. Convido-a a vir ao microfone, e dizer de sua justiça.

Peço desculpa de interromper, é só para dizer que na Mesa da Assembleia entraram duas moções, uma da Iniciativa Liberal, e outra do Livre, que já todos os membros foram informados.

Faça favor, peço desculpa.

--- Maria Luísa Silva (Munícipe) ---

Bom, eu vim cá por duas razões principais.

Primeira, porque há anos que venho pedindo à Câmara e enviando e-mails, para porem na minha rua, que é a Rua Dr. António Martins, no Estoril, para porem um poste com aqueles saquinhos para os dejetos dos cães, porque o meu passeio, do lado esquerdo, quando se desce, está pejada de dejetos de cães. Inclusive

agora estive muito atenta, porque havia sempre um cãozinho que criou o seu território, durante dez dias ele fazia sempre no mesmo sítio – no mesmo sítio, até que apanhei a rapariga que o levava, uma inglesa. E eu disse: “Rapariga, o que é que tu tens?” “Eu não trouxe o saco.” “Mas, tens de trazer. Repara, o teu cão veio aqui fazer já ao território dele, tu estás sempre a repetir isto, és uma pessoa que não é limpa, e no teu país, se eu fizesse isso era multada. Por isso, eu vou fazer queixa de ti à polícia.” “Não faça, não faça.” “Não, se tu és responsável por passear um cão e não o deixar fugir, também não podes deixar a porcaria dele no chão, tens de apanhar, senão eu vou dizer aos teus pais, e os teus pais vão ser responsabilizados.”

Fugiu, porque eu fui fechar a porta do meu carro, mas eu tirei uma fotografia de trás. Eu sei quem ela é, mas também não vou divulgar.

Mas, gostava, já que os meus *e-mails* não são ouvidos, que ouçam a minha voz, e que ponham por lá um poste, como eu já vi em várias ruas, em outras freguesias, com aqueles saquinhos para as pessoas, porque a maioria traz a coleira, traz o saquinho, mas depois não o usa, disfarçam e seguem. Mas, ao porem uns avisos “Por favor, leve os dejetos do seu cão para casa, não os deixe na rua, porque a rua é de todos” – é verdade, ou não é?

E a outra é: eu saí de Lisboa, vivi e nasci na Lapa, e lá não há lugar para o carro, não havia lugar para o carro. E há vinte e dois anos que eu vivo aqui. Que bom, tenho lugar para o carro, que bom, porque havia uma oficina que punha onze *jipes* ao longo da rua, e estavam lá à espera, cada um para ser reparado. Então, esperava semanas e semanas, e nunca havia lugar para o carro. Não havia lugares. O senhor foi-se embora, e continua sem haver lugar para o carro, porque as pessoas vão para a praia, deixam ali o carro. Há três cabeleireiros, e elas deixam os carros ali também.

Os caixotes de lixo que estão na esquina da Rua Joaquim Santos, para a António Martins, há aí dois caixotes de lixo, não se podem utilizar, porque durante o dia estão bloqueados pelos automóveis. Os carros estão em cima do passeio, e não há lugar para residentes. Não há um lugar para residentes.

Por isso, eu vivo em função de quem me deixa um lugar. Será que eu hoje vou ter sorte para arrumar o carro? E então, ando de táxi. Eu não posso andar de táxi todos os dias, quando tenho um automóvel para ser utilizado.

Por isso, eu gostava que, se fosse possível, houvesse lugar para residentes, porque não custa nada. Se no Casino, e em Cascais, há lugares para residentes, e são pagos até às duas da manhã, em Lisboa, por exemplo, ao fim de semana os lugares não são pagos, por que é que aqui não privilegiam os residentes? Porque nós é que residimos aqui. E os cabeleireiros, tanto podem estar lá, como amanhã vão embora, como já mudaram várias vezes aqueles estabelecimentos.

Por isso, eu venho apelar à vossa boa vontade e colaboração para aliviarem a minha vida. Tenho setenta e oito anos, já trabalhei muitos anos, e adorava viver o resto da minha vida sem pensar nos dejetos do cão, nem no lugar para o carro. Adorava que ouvissem isto, porque eu já inventei vários *slogans* para porem lá,

mas alguns são indizíveis, e por isso, não vou dizer, não vou revelar. Inclusive já disse, eu vou matar o seu cão, e já pensei em pôr veneno, já pus piripiri, pimenta, pus tudo, aguarrás, não funciona, porque os donos são porcos, e os cães não têm culpa.

Pronto, mas se houver realmente avisos, "Leve os dejetos do seu cão para casa" – mas, têm de levar, senão eu tenho de fazer justiça pelas minhas próprias mãos.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, D. Maria Luísa Teles da Silva. Dou a palavra à D. Teresa Velez.

--- Teresa Velez (Municípe) ---

Boa noite. O meu nome é Teresa Velez, moro em S. João do Estoril, já em quinta geração – portanto, já vão algumas décadas.

E venho aqui hoje, não é a crítica pela crítica, mas sim apelar às autoridades competentes para vários assuntos pendentes na nossa freguesia, para os quais eu tenho vindo a alertar as autoridades há décadas. E trata simplesmente de situações que afetam a vida dos moradores da zona de S. João do Estoril, que permeia a estação e a marginal, quer no sentido Lisboa – Cascais, quer no sentido Cascais – Lisboa, que é a Marques Leal.

E começamos pela limpeza e manutenção do espaço público, que é diminuta, ou zero. Devo dizer que no que respeita à limpeza urbana, é deficiente, extremamente deficiente. Podemos ver cortes de jardins nas várias ruas que permeiam esta zona de S. João, a zona mais antiga, que estão dias, semanas. Eu tenho por hábito tirar fotografias e usar as ferramentas que tenho, que é a Cascais Próxima, acredito até que na Cascais Próxima, quando veem o meu nome, já devem levantar as bandeiras encarnadas, mas também é uma coisa que não me preocupa.

Preocupa-me, sim, a perda de qualidade de vida em S. João, que eu, aos sessenta e dois anos, tenho visto diariamente. A zona da estação de S. João é uma zona que está muitíssimo maltratada, muitíssimo mal frequentada, não só sem-abrigo, como prostituição de uma criatura, para quem quiser ver, a droga começou novamente a aparecer, a própria linha do comboio está cheia de lixo.

Portanto, nesta zona toda que permeia a estação de S. João, a Marques Leal, a Florinda Leal, a Praça da Carreira e a marginal, e a zona do Forte da Cadaveira, é simplesmente uma vergonha. Precisamos que alguém trate e olhe. Sente-se o abandono, e eu acho que as pessoas, e as pessoas novas que vieram viver para o sítio, se sentem impunes, porque não há fiscalização, porque não há autoridades nas ruas, e portanto, sentem que, realmente, podem fazer o que lhes apetece. Pronto. E isto dá-nos também a sensação de insegurança na zona.

Temos uma questão, que é a segurança rodoviária, que esta avenida marginal, que vem dos sinais de S. João do Estoril à Praia da Poça, é uma corrida de automóveis diária, de dia e de noite. Eu não sei se os senhores viram o programa do Now, a reportagem do Now, que por acaso aconteceu, e que eu tive a sorte de poder falar sobre isso, não aconteceu nada. Em 2017, nós fizemos um abaixo-assinado, que reunimos três mil assinaturas, em 2017, a pedir medidas drásticas para aquela parte de S. João, da marginal, onde as corridas não são só noturnas, são diárias, durante o dia acontece a mesma coisa. Até hoje, não aconteceu nada. Foram postos uns postes, eu não sei se são postes para radares pedagógicos. O que acontece é que as pessoas, quando chegam ao sinal, antes da curva da Praia da Poça, não param no sinal vermelho, e a maior parte das vezes o sinal não fica sequer vermelho, fica intermitente amarelo. Portanto, siga. As motos vêm em cavalinho, desde os sinais até à Praia da Poça, e isto durante o dia, havendo acidentes com alguma gravidade, há várias semanas atrás, precisamente na curva – e para quem conhece, a seguir à oficina das motos – entrou quase dentro de uma casa, que é um passeio muito estreito. Eu tenho fotografias, para verem inclusivamente o vídeo.

A Praia da Azarujinha, que está votada ao abandono, que tem residentes permanentes. Na laje dos antigos balneários há colchões, há grelhadores, há lixo, há dejetos humanos no Miradouro da Azarujinha, há roupa suja, há lixo, há de todo. A Praia da Azarujinha, segundo me disseram os nadadores-salvadores, foi-lhes dito pelo coordenador que os cães eram permitidos naquela praia. Eu não sei se isto é credível, se não é, mas eu fui perguntar ao nadador-salvador, porque havia vários cães. Ora, se todas as outras praias, concessionadas, ou não, não têm autorização para cães, as fezes e a urina dos cães, tanto fazem mal numa praia, como noutra. Igualmente, a Praia da Poça, que não se vê um tratamento, ou uma limpeza da areia, há décadas – há décadas.

Portanto, é outro assunto, quem é que tem responsabilidade. Há medidas a tomar? Quer dizer, sente-se um abandono. E eu, aos sessenta e dois anos, sinto um abandono total e absoluto.

Portanto, isto não são críticas; é pedir e alertar para medidas. E eu gosto de pensar que as autoridades estão cá para nós, porque nós também contribuímos. E é isto que eu quero reclamar, reclamar no bom sentido, de dar uma vida decente e tranquila, e como era. É claro que a vida evolui, há muito mais gente a viver nesta zona do que havia anteriormente, o que não quer dizer que as medidas de segurança, de limpeza urbana, de tudo o que envolve o Município, sejam aplicadas, porque se sente a ausência.

Depois, temos na Avenida Florinda Leal uma situação que eu acho que é extraordinária, há duas lojas que vendem mercearias, tipo mercearia, que têm montras cá fora. Eu não sei se têm licenciamento para as montras, deixam o lixo ficar, e há um dos comerciantes que têm um Volvo encarnado parado há um ano e meio, ou dois, ou três, que é a dispensa do homem – é a dispensa. Eu já mandei para as autoridades estas fotografias, a perguntar se não havia medidas a tomar – carros abandonados na rua, ou a servir de dispensa numa loja. Não aconteceu nada. Este *e-mail* foi mandado para aí há três ou quatro meses, para a Câmara Municipal, e até hoje não aconteceu nada.

Na Rua Nova da Estação, num prédio cinzento que parece devoluto, mas não está, há uma criatura que tem não sei quantos carros – tenho fotografias, está documentado também – não sei quantos carros parados, onde faz oficina e posto de venda. O prédio é habitado por várias pessoas, ele ameaça e não deixa ninguém estacionar os carros aí. Há anos que isto acontece.

Pronto, a minha intervenção termina aqui. Eu gostaria de deixar aos senhores elementos que comprovam os meus pedidos, os meus humildes pedidos.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado pela sua intervenção. Dou a palavra a Miguel Roque, se faz favor.

--- Miguel Roque (Munícipe) ---

Boa noite a todos, boa noite aos membros da Mesa, aos membros da Junta, a todos aqui presentes.

E antes de começar, queria dar um agradecimento ao Nuno Quartin, por ter exposto esta oportunidade de vir aqui falar, porque, até à data, não sabia que era permitido que alguém residente no concelho pudesse vir dar o seu contributo. E agradeço às pessoas que perderam o seu tempo livre para o fazer.

O meu nome é Miguel Roque, há quarenta e um anos que vivo em S. Pedro do Estoril, os meus pais vivem em S. Pedro do Estoril, os meus avós viviam em S. Pedro do Estoril, os meus bisavós, e toda a linhagem familiar. Portanto, eu tenho uma ideia do que S. Pedro era, do que S. Pedro é, e, infelizmente, o vislumbre do futuro do que S. Pedro se está a tornar, que não é muito agradável.

O que eu vou expor aqui, penso que seja transversal a todas as localidades do concelho, e portanto, estou confiante de que todos se identificam com os mesmos problemas.

O maior de todos, e mais grave, realmente é a insegurança – que já foi aqui referido anteriormente – nomeadamente a Praia de S. Pedro parece uma favela, há tráfico de droga, há consumo de droga, há um clima de insegurança e de impunidade para os que o fazem. Ainda este domingo, nos jardins da Parede, um casal a sair de casa foi assaltado por dois elementos numa mota, com uma arma de fogo, à saída de casa.

Portanto, acho que é extremamente importante tratar deste assunto, e dar ferramentas às autoridades para o conseguirem travar.

Outra situação recorrente no concelho é a falta de reboques para carros indevidamente estacionados, nomeadamente a bloquear saídas de garagens. Eu vivia na Rua Sacadura Cabral, em S. Pedro do Estoril, que era ali junto à praia, e invariavelmente tinha a minha saída bloqueada, completamente restrito o meu livre direito de circulação, por viaturas em que a polícia nada fazia, nem mandava um reboque, porque, e

não sei se sabem, ao domingo não há reboques em Cascais. Portanto, é bar aberto para quem quiser transgredir a Lei, e sai impune, porque a polícia nem multa.

O "Fix Cascais" também já era uma ferramenta útil, que infelizmente já não funciona, os pedidos caem em saco roto, e portanto, também não se trata dos assuntos necessários.

Portanto, a minha pergunta é se pagamos um adicional de IMI para viver no sítio em que vivemos, de que é que isso serve. Neste momento, sinto-me um cidadão trabalhador, cumpridor da Lei, pagador de impostos, sem direitos, apenas com deveres. Os outros é que têm os direitos. Quem não vive no concelho é que usufrui daquilo que nós pagamos.

Portanto, gostaria de ver estes assuntos resolvidos no futuro, e que, realmente, a Mesa, no fim destas exposições, desse algum *feedback* e algum acompanhamento destas questões.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Miguel Roque.

Não compete à Assembleia, ou ao Presidente da Assembleia, dar quaisquer explicações. O Sr. Presidente da Junta, depois, em tempo oportuno, dará as respostas que achar convenientes.

Dou a palavra à D. Ana.

--- Ana (Munícipe) ---

Boa noite a todos.

Eu moro em Cascais, por minha opção, escolhi Cascais para viver, há cinquenta anos, o meu pai escolheu Cascais para viver, veio para cá viver há sessenta, e antes disso, vínhamos para cá, para a praia. Gosto muito de Cascais, mas, como munícipe, estou com um problema premente, há oito anos.

Muitos dos senhores conhecerão o restaurante Vela Azul, moro mesmo ao lado do restaurante Vela Azul, há uns pinheiros gigantes, eu alertei a Câmara, há oito anos, que os pinheiros estavam a deitar carumas para o nosso telhado, e que corria o risco de se partir, de estragarem carros. Isto já circulou, a Cascais Ambiente já lá foi, já falei para a Câmara, nada. Depois, vêm umas respostas, que os pinheiros são monitorizados, não sei, monitorizados por quem.

De qualquer maneira, eu fiz aqui uma compilação das fotografias, quando foi agora a tempestade Martinho, para os senhores verem. Eu deixo aqui o conjunto, porque está aqui todo o processo. Se os senhores quiserem acreditar, partiu, estragou vários carros. Houve um carro que tinha mais de vinte e cinco anos, não tinha seguro contra catástrofes, ou calamidades naturais, o dono ficou sem o carro. As carumas entopem o

nosso telhado, crescem plantas no telhado, temos de pagar a alguém para ir limpar o telhado. E portanto, é uma despesa constante.

E eu, há oito anos que peço para serem colocadas árvores diferentes, uma espécie onde possam parar passarinhos, mas que não cresçam tão alto, e não representem um perigo tão grande para quem lá mora, e um incómodo.

Era só isto, eu não vou maçar mais com conversa. Penso que as fotografias ilustram bem a questão. Têm o meu *e-mail*, têm o meu telefone, está tudo explicado.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado pela sua intervenção. Dou a palavra a Nuno Machado, se faz favor.

--- Nuno Machado (Munícipe) ---

Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa.

Já agora que está aqui na ordem do dia falar da nossa vivência em Cascais, eu, se calhar, serei o decano dos presentes, nascido e vivido sempre em Cascais, nesta sala, provavelmente. E os meus antepassados perdem-se no tempo, talvez a quarta geração, do lado da minha mãe, já era natural de Cascais. Mas, isso não dá nenhum estatuto, antes pelo contrário, o que me dá é alguma depressão – depressão por ver aquilo em que Cascais está transformado.

Mas, deixemo-nos dessas histórias, vamos a problemas concretos.

A qualidade de vida ambiental nas sociedades modernas pressupõe, entre muitos fatores, a limpeza e a higiene urbana como marcas distintivas. Ora, ambas precisam de mais atenção e melhorias na nossa freguesia. Reporto-me sobretudo à limpeza e lavagem de ruas, mas também à distribuição e manutenção dos ecopontos.

Apenas como pequena amostra, cito os seguintes exemplos: primeiro, limpeza da Rua dos Castanheiros, na Torre, não é varrida pelo menos de seis em seis meses – e já estarei a ser muito generoso. São os moradores que o fazem, enquanto a Câmara cobra. Segundo, limpeza e higienização da ciclovía, no troço Guia – Ponte de Santa Marta, sobretudo na zona da Boca do Inferno. Como é sabido, há vários restaurantes, e precisamente na zona da ciclovía, e no passeio adjacente, está completamente negra, com um cheiro nauseabundo, e que todos os dias há funcionários camarários que passam por ali, não acredito que gostem do perfume, mas eu acho que aquilo é uma vergonha, é uma vergonha – quer dizer, é um problema de saúde pública, e é uma vergonha para todos nós que dizemos que gostamos de Cascais. Portanto, não podemos pactuar com essa situação.

Há que combater esta indiferença, e talvez pior do que isso, este desleixo, que é disso que se trata.

Por outro lado, nas zonas de ecopontos, com depósitos sujos, partidos, degradados, o ato cívico de reciclar deixa de ser convidativo, apresentando o local as características referidas. Veja-se o exemplo da Praceta das Nogueiras, também na Torre, onde ao lado de contentores partidos convivem lixos, monos, carros abandonados, tudo à beira de um pinhal que tem assim mais uma hipótese de se incendiar. Situações de lixo junto aos ecopontos são recorrentes aí por Cascais inteiro.

Isto – e eu não quero ser maçador – são apenas alguns exemplos. E pronto, espero e agradeço que sejam tomadas as medidas convenientes.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Nuno Machado.

De seguida, convido o Sr. Presidente da Junta, se tem este momento como oportuno para dar alguma explicação aos nossos fregueses. Faça favor.

--- Presidente do Executivo ---

Muito boa noite a todos. Começo por cumprimentá-lo a si, Presidente da Mesa da Assembleia, à restante Mesa, à 1.ª e 2.ª Secretária, a todos os membros da Assembleia de Freguesia, o Executivo da Junta de Freguesia de Cascais e Estoril, a todo o público presente.

Dar uma primeira nota, parabenizar e agradecer este ímpeto de descentralizar aquilo que são as Assembleias de Freguesia, num dos clubes mais ecléticos, diria, do país, chamado Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, com mais de cem anos de história, onde se pratica desde hóquei em patins, voleibol, *rugby*, futebol, ginástica acrobática, desportos de combate.

Felicitó também o clube, e agradeço ao clube, por ter aberto as portas para a realização da sua primeira Assembleia de Freguesia. Daquilo que pudemos apurar, não há histórico de realização de uma Assembleia de Freguesia no Dramático de Cascais.

E portanto, este Executivo continua no seu objetivo de descentralizar as Assembleias, depois de também ter realizado no Clube Desportivo da Costa do Estoril, situado entre S. João e Alapraia. E por isso, continuaremos a descentralizar, nesta vontade política de levar a Assembleia de Freguesia ao maior número de localidades da nossa freguesia, exercendo aquele que é o verdadeiro princípio da democracia, uma democracia aberta e uma democracia que seja representativa, onde todos aqueles que aqui vivem possam ouvir, e também trazer aquilo que são as suas preocupações e alertas para o nosso território.

Por isso, obrigado ao Cascais, como carinhosamente é chamado por muitos.

Indo direto às questões do período de intervenção do público, começo, naturalmente, pela primeira, pela Sra. Maria Luísa Teles da Silva, que nos falou da Rua Dr. António Martins, no Estoril.

De facto, estes sacos para dejetos dos cães normalmente estão situados mais próximo de zonas verdes, de *dog parks* – como assim se chamam. Esta é uma rua que até é bastante próxima da Junta de Freguesia do Estoril, e por isso, é normal que, sem que haja uma solicitação, talvez a Cascais Ambiente não tenha a iniciativa de colocar este saco de dejetos para cães em todas as ruas da freguesia e do concelho.

De qualquer das formas, nós vamos reforçar aquilo que é o seu pedido. E depois, também, se calhar pediríamos que nos deixasse o seu contacto, para percebermos, considerando a extensão da Rua Dr. António Martins – que conheço bastante bem até a rua – considerando o seu comprimento, que nos possa indicar qual é a zona mais apropriada da rua para, então, fazermos este pedido para os sacos de dejetos para os cães.

Nós dizemos muitas vezes, às vezes é mais fácil ensinar os cães a apanhar os seus dejetos, do que os próprios donos. E há questões que a Junta de Freguesia, por muitos sacos que coloque, não consegue controlar. E uma delas tem a ver com a falta de civismo, com a falta de sentido comunitário das pessoas, a que se assiste, porque não é obrigação do Município colocar sacos, nem da Cascais Ambiente, nem da Junta de Freguesia, colocar sacos para dejetos dos cães. E muitos dos temas de que aqui falámos, em muitas das intervenções, estão relacionados com a falta de civismo das pessoas. E, de facto, torna-se difícil controlar quando as pessoas não cumprem os mínimos obrigatórios e o respeito pelo próximo. E este é claramente um caso disso mesmo.

Também levantou a questão dos problemas de estacionamento. A solução é simples, a solução é colocar o estacionamento exclusivo para residentes, e se todos os moradores estiverem disponíveis para fazer esse caminho de tarifar, obviamente que aquilo que é o regulamento de colocação de parquímetros prevê X número de isenção de pagamento de viaturas por fogo, por habitação, mas nós estamos disponíveis para fazer esse caminho, esta Junta de Freguesia, e de alertar o Sr. Presidente da Câmara, para também pensarmos isto em conjunto, como também já acontece em muitas das ruas da nossa freguesia.

Agora, não conseguiremos o melhor dos dois mundos. A partir do momento em que tarifarmos – e, neste momento, assistimos muitas vezes, por fogo, por agregado familiar, a mais do que uma viatura, e isso, naturalmente, não está prevista a isenção de todas as viaturas por fogo, e terá um custo associado a cada uma das famílias, caso tenham mais de dois, três carros, por fogo, ou agregado familiar.

Por isso, à Maria Luísa Teles da Silva, peço, então, se estiver disponível para fazer este trajeto connosco, de melhorarmos, então, a Rua Dr. António Martins, no Estoril.

Relativamente à segunda intervenção, da Teresa Velez, que abordou vários temas, alguns deles que fogem largamente àquilo que são as competências desta Junta de Freguesia, mas nós temos feito algo que tem

marcado bastante estes seis, sete meses de mandato, que é que não nos imiscuímos, mesmo quando não se tratam das competências diretas desta Junta de Freguesia.

Como sabe, a estação de S. João, ela é gerida pela Infraestruturas de Portugal. Como sabe, a marginal também é gerida pela Infraestruturas de Portugal, e não pela Junta, nem pelo Município, neste caso. É verdade, um troço da marginal é da nossa tutela, mas, como sabe, a maior parte dela, até ao final do concelho, não é.

Mas, estamos também a fazer um caminho nesse sentido, e esta Junta de Freguesia já sinalizou, junto do Sr. Ministro das Infraestruturas, o pedido de aceleração para que toda a marginal passe para a tutela do Município. E estamos a dar passos muito sólidos naquilo que é a segurança rodoviária da nossa avenida marginal, nomeadamente no troço que mencionou.

E por isso, gostava também de convidar a Teresa Velez a uma visita técnica que já marcámos, neste momento, com o Sr. Diretor Municipal da segurança, que também inclui a segurança rodoviária, onde nós faremos uma visita técnica na marginal, com um grupo de residentes que nos endereçou um abaixo-assinado. Eu já reuni com o grupo de residentes, já reuni com a Câmara Municipal, já estamos no terreno a marcar um dia e um local para essa mesma visita, para chegarmos àquilo que é a melhor solução, seja através de radares de velocidade, seja através de radares de velocidade média. Compreenderá que também não é a Junta, ou eu próprio, que sei exatamente qual é a melhor solução para garantir a segurança rodoviária, mas estamos a fazer esse caminho, estamos a alertar aquilo que são as autoridades competentes. Isto a nível de marginal.

A nível de estação, também soubemos da boa notícia, de que há um caminho, há um percurso a fazer no que toca à concessão da Linha de Cascais, e tenho a certeza de que seremos muito melhores gestores do que, neste momento, a CP é, e acreditamos que também o futuro será risonho, naquilo que é a limpeza e higiene urbana nas estações ferroviárias da nossa freguesia. Mas, não deixaremos também de sinalizar aquilo que aqui disse, relativamente à estação rodoviária de S. João.

Praia da Azarujinha, e também na Praça da Carreira, onde referiu as situações de sem-abrigo, também temos sinalizado junto da Câmara a existência dos mesmos, temos registos fotográficos, para além daqueles que entregou aqui.

Dizer-lhe que intercedemos de imediato, na semana passada, onde removemos todos os *grafitis* no acesso e na escadaria da Praia da Azarujinha. Para quem ainda não visitou a Praia da Azarujinha nas últimas semanas, com certeza poderá verificar essas mesmas melhorias na Praia da Azarujinha. Nós temos um programa dos mais completos do país, e dos mais rigorosos, no que toca ao combate aos *grafitis*. E por isso, estamos disponíveis, sempre que recebermos os vossos alertas, não obstante o nosso trabalho proativo de sinalizar estas zonas com *grafitis*. Estamos no terreno, estamos com uma forma de combater estes *grafitis*. Por isso, é uma questão de nos fazerem chegar.

Também a questão da higiene urbana é uma preocupação. Tenho *e-mails*, na semana passada, que lhe posso fazer chegar, que fizemos chegar à Cascais Ambiente, sobre a necessidade de limpar também a zona da Praia da Azarujinha.

Cães na praia, refuto completamente. Não sei quem é que lhe disse, nem de que forma, mas refuto completamente essa instrução que lhe poderão ter dado. Tudo o que são praias concessionadas, é do conhecimento público que não podem ter cães na praia.

Referiu também uma questão de limpeza das areias. Se me indicar uma solução de como é que as máquinas poderão passar, nós talvez víssemos lá mais máquinas na Praia da Azarujinha. Mas, há efetivamente essa dificuldade técnica. Teremos de verificar. Muitas vezes, vejo utilização das redes sociais para aquilo que é a limpeza, ou não limpeza. Felizmente, não temos sido, ou ainda não fomos assolados com a mesma severidade com que fomos assolados no verão passado, no que toca às algas, e leu-se muitas vezes nas redes sociais que a Cascais Ambiente não atuava, que não fazia nada. E do conhecimento que temos, está relacionado com aquilo que é, do ponto de vista técnico, o acesso das máquinas ao areal. Na Azarujinha, tenho a certeza; na Praia da Poça, poderei verificar. Mas, como lhe disse, também não sou eu que faço a medição das máquinas, e a largura das rampas e dos acessos. E poderemos também remeter para parecer técnico da Cascais Ambiente, se é assim, ou como é que a limpeza do areal pode ser feita, em alternativa ao acesso, ou, neste caso, à não capacidade de acesso das máquinas.

Relativamente à intervenção do Sr. Miguel Roque, agradecer também as intervenções, sendo que praticamente, ou para não dizer todas, extrapolam aquilo que são as competências desta Junta de Freguesia, uma vez que são assuntos relacionados com segurança pública. Se estiver também disponível para fazer esse trabalho, poderemos reunir com a esquadra, e faremos chegar aquilo que são as suas preocupações, não só à Divisão Central, mas também à Esquadra 51, do Estoril. Falou da Rua Sacadura Cabral, da falta de reboques ao domingo, iremos verificar a situação.

Adicional do IML, tenho uma boa notícia para si: a paga dos IML's é baixa, a taxa mínima do país, ao contrário, por exemplo, do Município vizinho, onde, se tivesse lá residência, pagaria a taxa máxima.

Mãe, estamos disponíveis para fazer esse trabalho.

Relativamente à intervenção da Ana, restaurante Vela Azul, podas das árvores, também uma competência da Cascais Ambiente, não desta Junta de Freguesia. Fiquei com algumas dúvidas se as podas a realizar, da limpeza, é da habitação onde residem, iremos verificar. Temos agora o seu histórico também, e iremos interceder junto da Cascais Ambiente.

E por último, Nuno Machado, limpeza da Rua dos Castanheiros, ciclovias da Boca do Inferno, lixo: fico muito feliz pelos padrões do município e do freguês de Cascais e Estoril serem o lixo sujo, é sinal de que estamos a fazer um bom trabalho, é sinal de que já estamos numa versão 4.0 dos problemas do espaço público. Mas, não deixaremos de sinalizar aquilo que também, mais uma vez, relacionado com os dejetos dos cães, é falta

de civismo das pessoas. Como é que nós temos uma equipa da Cascais Ambiente, por exemplo, a passar às oito da manhã e a fazer a recolha de todos os monstros que lá estão, e trinta minutos depois, alguém decide lá deixar os monstros? Qual é a perceção que vai ficar para quem lá passa? É que esteve sensivelmente, ou mais de vinte e quatro horas, aqueles monstros, ou aquele lixo, por recolher. No entanto, isso não corresponde à verdade. O que corresponde à verdade é que a Cascais Ambiente é uma equipa que, no que toca ao lixo urbano – e estamos a falar de um serviço que é gratuito, a recolha de monstros. Eu posso-lhe dizer, no meu dia a dia, são dezenas os casos, por semana, que nós reportamos à Polícia Municipal, também temos mecanismos melhorados naquilo que é a fiscalização – e a breve trecho poderemos, por exemplo, no final deste ano, comparar aquilo que têm sido as coimas que já estão a acontecer sobre pessoas que deixam, seja o cartão, seja o plástico, seja um monstro, e sempre que é possível identificar a origem desse mesmo monstro, a Polícia Municipal está a atuar, está a multar as pessoas que o fazem, e é um comportamento que não pode ser tolerado, e que temos naturalmente de atuar e melhorar procedimentos.

Vou-vos só dar um exemplo: aquilo que era a passagem de um agente da Polícia Municipal, ou de um fiscal da Câmara, se passasse o fiscal da Câmara, o auto tinha de ir para a Polícia Municipal, e só depois é que era passada a multa. Neste momento, a Cascais Ambiente conseguiu coordenar uma equipa, onde o agente da Polícia Municipal e o fiscal da Câmara andam na mesma viatura, em patrulha, vinte e quatro horas, trezentos e sessenta e cinco dias por ano, a fazer todo o concelho. As estimativas que temos é que este carro patrulha consiga pelo menos passar uma vez por mês em todas as ruas do concelho. Portanto, é um trabalho único de fiscalização, de prevenção, que o concelho e o Município de Cascais estão a fazer, e que nós temos também alertado.

E não escolhe zonas, no que toca à falta de civismo, escolhe das zonas mais nobres, às zonas que se têm como mais carenciadas, onde a situação económica é considerada não tão elevada. A falta de civismo não escolhe classe social, não escolhe cor, não escolhe religião, não escolhe sexo; é, de facto, generalista. E nós continuaremos a fazer este trabalho de fiscalizar, de sinalizar e de atuar sempre que forem as nossas competências.

Obrigado, Sr. Presidente. Penso que respondi a todas as questões. Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos passar agora, então, ao **Período de antes da ordem do dia**, aberto aos membros da Assembleia.

E já tenho inscrições. Mas, esta é a altura também para se inscreverem. Dou a palavra a Maria João Fialho Gouveia, se faz favor, independente.

--- Maria João Gouveia (Independente) ---

Muito boa noite, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Srs. Membros do Executivo, caros membros da Assembleia, estimado público aqui presente.

Começo por saudar esta iniciativa de descentralizarmos, uma vez mais, as reuniões desta Assembleia. Gosto de estar aqui ao pé das pessoas, e saúdo também a presença de tantas pessoas, de tantos munícipes.

Se o Sr. Presidente da Mesa me permitir, gostaria de começar por fazer uma pequena declaração.

Com efeito, apresento-me aqui, a partir de agora, como membro independente, devido a incompatibilidades intransponíveis com o Partido Socialista de Cascais, do qual fui militante do Partido Socialista durante vinte e um anos. Estas incompatibilidades levaram-me a sair do Partido, onde militei, como digo, cerca de duas décadas. Não o faço levianamente, porque ninguém deixa um Partido, ao fim de tanto tempo, de leve ânimo.

Naturalmente, desejo muito sucesso ao Partido Socialista de que saí, respondendo eu agora somente pelas minhas convicções e opiniões, sem beliscar nenhuma suscetibilidade.

Muito obrigada.

Gostaria de levantar aqui algumas questões.

Primeiro, gostaria de referir a intervenção da Sra. Dra. Teresa Velez, que é irmã de uma amiga minha, e confirmo a sua intervenção. Eu também vivo em S. João do Estoril, eu também sofro com o trânsito, corridas de motas todas as quintas, à noite, e, de facto, à hora de ponta não há tradição, tanto no cruzamento de quem vai para Cascais, como de quem vai para Lisboa, em S. João não se para no sinal vermelho. Chegam a ser seis carros a passar sem parar no sinal vermelho. Há acidentes brutais, e, de facto, é um problema.

Eu sei que não é um pelouro da Junta, mas talvez possam ajudar a encaminhar-nos para a entidade certa.

Em relação à segurança dentro da povoação, confirmo, há lá um grupo de drogados e sem-abrigo. Já alertei este órgão para a existência, debaixo das varandas que ficam por trás da Praça da Carrelra, de seringas, à mão das crianças e dos jovens que por ali passam. E portanto, há ali um grupo problemático, há assaltos constantes a carros e a casas, e tem de se fazer algo ali.

Gostaria também de fazer uma pergunta: as câmaras que estão instaladas, as câmaras de segurança, quando é que se prevê que comecem a funcionar?

E também fazer mais uma pergunta: tendo havido recentemente uma mudança de segurança, para melhor, nas Praias do Tamariz e da Poça, gostava de saber a que é que se deve, porque, neste momento, há uma frequência muito diferente, e parece-me que há lá uns seguranças possantes, para não usar outros adjetivos, pelo menos no Tamariz, a tomar conta do espaço. Gostava de saber se se deve a alguma iniciativa

da Câmara, ou privada, de algum dono de um bar, e saber quando é que as câmaras entram em funcionamento.

E, basicamente, era essa a minha intervenção.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Maria João Fialho Gouveia. Dou a palavra a Filipa Marques, do Partido Livre.

--- Filipa Marques (Livre) ---

Boa noite, Sr. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Sras. e Srs. Membros do Executivo, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, público em geral.

Gostaria de começar por reconhecer o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia nas mais diversas áreas de intervenção.

Quem lê a informação escrita e financeira encontra um conjunto muito significativo de iniciativas na área da ação social, educação, apoio aos seniores, psicologia, espaço público e associativismo. Esse trabalho de proximidade é essencial, sobretudo num contexto em que, muitas vezes, são as freguesias a primeira linha de resposta às necessidades dos cidadãos mais fragilizados.

Gostaria ainda de salientar também a postura de abertura ao diálogo que este Executivo tem demonstrado ao longo do mandato, na pessoa do Sr. Vogal Noel Menezes, mas também do Sr. Presidente da Junta, que tem existido uma disponibilidade genuína para ouvir os meus contributos, privilegiando o interesse da freguesia acima das diferenças partidárias, sempre com o objetivo comum de melhorar o bem-estar dos fregueses de Cascais e Estoril.

Gostaria ainda de deixar uma sugestão relativamente à informação escrita e financeira. O relatório demonstra um enorme volume de atividade e enorme compromisso dos serviços da Junta. No entanto, numa lógica de melhoria contínua, seria útil complementar a descrição das atividades com indicadores simples de avaliação e resultados de impacto. Conhecemos facilmente o número de atendimentos, as iniciativas realizadas, mas seria igualmente importante perceber que diferença essas intervenções fizeram na vida das pessoas.

Eu dou dois exemplos muito concretos, um onde seria útil ter mais informação, outro com informação muito pertinente. O Gabinete “Dívida Zero” presta um serviço extremamente relevante às famílias, mas seria interessante conhecer indicadores, como a percentagem de situações resolvidas, o número de planos de recuperação financeira concluídos com sucesso, ou a evolução da autonomia financeira dos beneficiários.

A “Cozinha com Alma” apresenta métricas claras, simples e visualmente acessíveis, permitindo perceber rapidamente o alcance das intervenções. Na realidade, apresenta dados muito importantes, que importa refletir. O “Cozinha com Alma” apoia fundamentalmente agregados monoparentais com emprego, ou reformados com pensão, cujo principal problema é o rendimento insuficiente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Nós estamos no período de antes da ordem do dia, e esse é o ponto da ordem de trabalhos.

--- Filipa Marques (Livre) ---

Não, é que da outra vez passámos à frente este documento, e por isso é que eu pensei que não se ia falar.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Agora é a altura de apresentar a moção, se entender necessário.

--- Filipa Marques (Livre) ---

Então, posso terminar? É o último parágrafo.

A Junta não pode e não consegue, naturalmente, atuar em muitas das causas destes problemas – habitação a preços exorbitantes, custos de bens essenciais – mas, ao ser possível apresentar estas métricas, podemos identificar oportunidades de melhoria e de redução de custos, nomeadamente na otimização de transporte público e mobilidade suave, no apoio às famílias, como já o faz – creches, centros de dia, etc. – ou na requalificação do espaço público que promova mais circulação ao ar livre, fortalecendo o tecido comercial tradicional dos bairros, por exemplo.

Seguindo este espírito construtivo que deve orientar o nosso trabalho nesta Assembleia, reconheço o que está bem feito, e continuarei a apresentar ideias que considero contribuir para melhorar a qualidade de vida de quem vive em Cascais e Estoril.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Filipa Marques, do Partido Livre.

Já agora, só para recordar, para não haver aqui grandes alterações, vou-vos só recordar a lista de inscrições, para confirmar se alguém não ficou aqui referenciado. Tenho agora, a seguir, o Nuno Quartin, do Movimento “Cascais para Viver”, depois o António Silva, do Partido Socialista, depois Miguel Lima, do CDS, depois João Sande e Castro, do “Cascais para Viver”, Vasco Pereira, do Movimento “Cascais para Viver”, Manuel Ramos Lopes, do PSD, Carlos Mesquita, da Iniciativa Liberal, Joana Pereira, do Partido Socialista, e Vasco Palha, do PSD.

Há mais alguém que pediu a palavra? Duarte Abreu Loureiro.

Ora, então, Nuno Quartin, do Movimento “Cascais para Viver”. Queria solicitar a todos os membros da Assembleia que tomassem a palavra que fossem sucintos, porque o período de antes da ordem do dia normalmente se circunscreve a um período limitado. E portanto, temos de respeitar, senão a situação da Assembleia não termina hoje, termina só amanhã. E o objetivo era que a sessão terminasse hoje.

Muito obrigado, agradecia a vossa compreensão e ajuda, para que façam intervenções o mais sucintas possível. Muito obrigado.

--- Nuno Quartin (JONET) ---

Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Junta, Srs. Membros da Assembleia, caro e querido público, boa noite.

Hoje, esta Assembleia teve algo de diferente. Ao longo da primeira parte da sessão, ouvimos cidadãos de diferentes pontos da nossa freguesia trazerem preocupações, problemas e sugestões sobre os locais onde vivem.

Quero começar por agradecer a todos os que decidiram participar, e agradecer também terem vindo, e o convite que vos foi enviado. Miguel Roque, de S. Pedro do Estoril, Teresa Velez, S. João do Estoril, Maria Luísa Teles da Silva, Estoril, Ana, Cascais, e Nuno Machado, Cascais. Tivemos aqui a cobertura praticamente de toda a nossa freguesia, e eu acho espetacular, e muito obrigado por terem todos vindo.

É muito importante que este espaço seja cada vez mais utilizado pelos próprios fregueses. Ao longo deste mandato, tenho recebido muitas situações, relatadas por moradores. Sempre que possível, essas situações têm sido organizadas, documentadas, e remetidas diretamente ao Sr. Presidente da Junta. Quero reconhecer com justiça que várias dessas situações tiveram o acompanhamento, e muitas chegaram mesmo a ser resolvidas.

Este diálogo institucional é positivo e deve continuar.

Mas, há algo que nenhum contacto institucional substitui: a participação direta dos cidadãos, porque ninguém conhece melhor uma rua, um bairro ou uma localidade do que quem lá vive todos os dias. Espero sinceramente que esta participação não fique por esta Assembleia, que seja o início de uma maior aproximação entre os fregueses e o órgão.

Entre o Movimento JONET “Cascais para Viver”, a nossa posição continua exatamente a mesma: sempre que entendermos que uma proposta é positiva para a freguesia, terá o nosso apoio; sempre que tivermos dúvidas, colocá-las-emos com frontalidade e respeito; e sempre que identificarmos problemas por resolver, continuaremos a trazê-los a esta Assembleia.

Há uma pergunta que procuramos fazer sempre, antes de analisar qualquer assunto: esta decisão contribui para tornar Cascais e Estoril um melhor local para viver? É esse o critério que continuará a orientar a nossa atuação.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Nuno Martin, do Grupo "Cascais para Viver". António Silva, do Partido Socialista, se faz favor.

--- António Silva (PS) ---

Boa tarde ao Sr. Presidente, à Mesa, ao Sr. Presidente da Junta e aos membros do Executivo, aqui aos meus companheiros deputados, e ao público que aqui está presente.

Quero agradecer ao Dramático Cascais por ter cedido esta casa, esta casa que me é muito querida, dado que comecei a usar a camisola do Dramático Cascais em 1964. Foram vários anos no futebol, no hóquei em campo, e posteriormente no *rugby*. Foi aqui que eu fiz a minha escola desportiva, e ainda hoje pratico desporto, precisamente porque aqui aprendi a estar no desporto e a viver toda esta família que é o Dramático Cascais.

Quero também fazer aqui um pedido, de estarmos solidários com o povo da Venezuela, dado que há uma comunidade muito grande de Cascalenses que foram para a Venezuela, e de outros que regressaram, e estão a passar uma situação extraordinariamente complicada com o sismo.

Também quero falar, ali o freguês Nuno Machado já levantou algumas coisas da Torre, mas eu quero continuar. A Torre, sinceramente, Sr. Presidente, ultimamente está um pouco – não sei o que é que está a acontecer, cada vez há mais monos, cada vez há mais lixo nos passeios. Há um caso que agora eu verifico, e tomei aqui nota, entre a Torre, Bairro do Rosário, Bairro de Santana, Guia, e tudo e mais alguma coisa onde passo, que é os senhores que tratam dos jardins depositarem em cima dos passeios os restos dos jardins, e nós queremos passar e vamos para a estrada. Aqui na Torre, isto é complicado, porque há dois invisuais, e tem sido uma dificuldade, porque chegam ali, e apanham aqueles montes. Quero que também se tome nota dessa situação.

Também estão a arranjar o pavimento aqui da Estrada da Torre, e eu queria também chamar à atenção que nós já pedimos o levantamento das necessidades pedonais da freguesia, e um plano de intervenção a vários anos, para ver se a freguesia agora, com o Sr. Francisco como Presidente, possa nos fazer chegar isso.

E vou falar novamente, e vou falar sempre, sobre a paragem do autocarro M04, na Rua das Caravelas, e aqui em frente ao LIDL, há um do lado nascente, que pode muito bem ser posta ali uma paragem de autocarros, que é um problema grave.

Também quero voltar a chamar a atenção para o Bairro de Santo António, o Bairro Fausto Figueiredo, as obras da Águas de Cascais, que são feitas em Alcabideche, mas foi colocado o estaleiro na parte de Cascais e Estoril, mesmo em cima do leito da ribeira. A obra, parece-me que está quase concluída, ou está em fase de conclusão, ou já está feita, mas o estaleiro ainda lá continua, os passeios ainda estão obstruídos com todo esse material, e com a passagem das máquinas. Convinha verificar quando é que é feita a requalificação desta situação.

E por agora, disse.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, António Silva, do Partido Socialista. Dou a palavra a Miguel Lima, do CDS-PP.

--- Miguel Lima (CDS-PP) ---

Boa noite a todos. Vou tentar ser o mais objetivo e pragmático possível nesta minha apresentação no ponto antes da ordem do dia. Quero cumprimentar o Sr. Presidente e a restante Mesa, o Executivo da Junta de Freguesia, esta Assembleia, e demais fregueses presentes.

Eu gostaria de sublinhar e recordar que na última Assembleia que nós aqui tivemos, tomámos e votámos todos uma medida que teve impacto no nosso concelho. Imediatamente no dia seguinte, houve outras freguesias que disseram que também se queriam juntar àquilo que nós votámos favoravelmente. E queria assinalar e dar-vos a conhecer que nos últimos trinta dias, discutimos em todo o concelho uma revisão urgente dos horários e a proibição do consumo de álcool na via pública.

É porque houve, por um lado, a coragem política e a visão do nosso Presidente de Junta, Francisco Kreye, ao redigir e propor esta recomendação essencial. Por isso, os meus parabéns. No entanto, um excelente projeto de pouco serve se não encontrar eco na validação democrática que aqui conseguimos.

É, por isso, fundamental e imperativo realçar o papel absolutamente preponderante e o mérito que a nossa Assembleia de Freguesia teve nesse voto. Ao aprovar esta proposta, a Assembleia não limitou as suas funções a um mero ato burocrático; esta Assembleia assumiu-se como um verdadeiro escudo e a voz direta de algo que começa a preocupar a nossa comunidade e os nossos fregueses.

Foi este órgão deliberativo que transformou uma visão executiva numa posição oficial forte, unânime e incontornável, enviando um sinal claro à Câmara Municipal, que a segurança e a ordem pública das nossas praças e largos são uma prioridade absoluta.

E também vos quero deixar aqui esta nota, que por vezes não é da competência da freguesia, mas nós podemos influenciar positivamente a autarquia, e foi isso que conseguimos aqui. O mérito da proposta pertence a quem o idealizou, mas a sua força, a legitimidade democrática e o impacto com que hoje estamos a demonstrar que estamos na linha da frente desta mudança, devem-se inteiramente à determinação de todos nós.

Por isso, os meus parabéns a toda a Assembleia, a todos os que votaram a favor do bem-estar comunitário e souberam honrar o mandato que os cidadãos lhes conferiram. Os meus sinceros parabéns, e agradecimento por parte da Bancada do CDS.

Mas, queria deixar aqui um aviso, que na redação do texto que foi colocado a validação pública, fala do consumo, não fala da venda, e isso pode criar aqui constrangimentos, nomeadamente às forças policiais e de fiscalização do nosso concelho. Ou seja, para mim, deveríamos ter ido um bocadinho mais longe, e, se for possível, Sr. Presidente, influenciar positivamente neste sentido, que é ir à raiz do problema, que tem a ver com a venda. E se conseguirmos, teríamos mais sucesso, e evitamos criar um problema para as nossas forças de autoridade.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Miguel Lima, do CDS-PP. Dou a palavra a Vasco Pereira, do Movimento “Cascais para Viver”.

--- Vasco Pereira (JONET) ---

Boa noite a todos, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Junta, respetivo Executivo, caros colegas e fregueses.

Venho fazer uma proposta de recomendação.

A requalificação de equipamentos de proximidade, ou seja, as necessidades do pinhal da Aldeia de Juso. O pinhal da Aldeia de Juso é um espaço verde de grande importância para a população local, utilizado por famílias, crianças, idosos, moradores e associações.

Por esse motivo, importa continuar a valorizá-lo, garantindo que as intervenções realizadas respondem às necessidades atuais da comunidade e promovem uma utilização segura, agradável e inclusiva.

Neste contexto, a Associação de Moradores da Aldeia de Juso solicitou a adoção de um conjunto de medidas destinadas à melhoria, valorização e organização do pinhal da aldeia, tendo em conta a utilização diária do espaço pela população e o seu potencial enquanto zona de lazer, convívio e prática desportiva, e contacto diário com a natureza.

Em 2021, foram instalados quatro equipamentos de carácter desportivo no pinhal. Passado algum tempo desde a sua instalação, considera-se oportuno avaliar a sua utilização e adequação ao perfil dos utilizadores habituais do espaço, envolvendo os moradores e as associações locais neste processo.

A promoção da prática desportiva é importante, mas deve ser acompanhada de uma leitura cuidada das necessidades da população e da forma como o espaço é efetivamente utilizado.

Assim, propõe-se uma reflexão conjunta sobre a melhor forma de compatibilizar zonas de lazer, áreas verdes, equipamentos desportivos e espaços de convívio comunitário.

Neste sentido, identificam-se as seguintes necessidades e propostas de intervenção:

1. Reavaliação dos equipamentos existentes. Propõe-se a avaliação da utilização dos equipamentos desportivos atualmente instalados, de forma a perceber se correspondem às necessidades da população e ao perfil dos utilizadores do pinhal. Em particular, a Associação de Moradores da Aldeia de Juso sinaliza a reduzida utilização do equipamento de obstáculos fixos, que tem pelo nome de “Lynx Race”, instalado no pinhal, considerando pertinente reavaliar a sua permanência e a localização, e eventual substituição por soluções mais adequadas aos utilizadores habituais do espaço, caso se conclua que alguns equipamentos podem ser relocados, removidos ou substituídos por soluções mais ajustadas. Esta intervenção poderá permitir melhor reorganização do espaço, o reforço da arborização e uma maior utilidade do pinhal para todos os seus utilizadores.
2. Reforço da arborização. Considera-se importante reforçar a plantação de novas espécies arbóreas no pinhal central da Aldeia de Juso, tendo em conta a existência de várias clareiras e de algumas árvores que necessitam de avaliação técnica. Esta medida contribuiria para aumentar as zonas de sombra, melhorar a qualidade ambiental, tornar o espaço mais fresco nos meses de maior calor, e preservar a identidade natural do pinhal.
3. Instalação de iluminação, pontos de água e ponto de eletricidade. A instalação de iluminação adequada no pinhal permitiria aumentar as condições de segurança e conforto, especialmente ao final do dia e durante a noite, promovendo uma utilização mais regular do espaço pelos moradores. Seria igualmente útil garantir a existência de pontos de água operacionais, quer para apoio à manutenção do espaço verde, quer para maior comodidade dos utilizadores. Propõe-se ainda a criação de um ponto de eletricidade preparado para a utilização pelas associações de moradores, que organizam no pinhal festas de iniciativa comunitária todos os anos. Esta solução permitiria apoiar esses eventos e reduzir a necessidade de recurso a geradores a combustível, especialmente durante o período de verão.
4. Instalação de um parque infantil. Tendo em conta a proximidade de uma escola primária e de um ATL, considera-se adequada a instalação de um parque infantil no pinhal da Aldeia de Juso. Esta infraestrutura responderia às necessidades das crianças e das famílias que utilizam regularmente o espaço, tornando o pinhal mais atrativo, inclusivo e adaptado à vivência comunitária local. Ao mesmo tempo, poderá ser feita uma avaliação integrada das infraestruturas desportivas existentes, de forma a assegurar que o espaço disponível é aproveitado da melhor forma possível.

5. Manutenção regular do espaço verde. A manutenção do pinhal deve ser assegurada com regularidade, garantindo a limpeza e conservação das zonas verdes, a avaliação do estado das árvores e a segurança dos percursos. Uma manutenção periódica e planeada contribuirá para preservar este espaço público e para melhorar a qualidade de vida dos moradores que dele usufruem ao longo de todo o ano.

6. Criação de um *dog park*. Propõe-se a criação de um *dog park* destinado à permanência e circulação dos cães num espaço próprio, seguro e adequado. Esta medida permitiria melhorar a organização do uso do pinhal, promover uma melhor convivência entre todos os utilizadores e facilitar a manutenção da higiene do espaço público. A criação de uma zona específica para canídeos poderá ainda ser acompanhada de instalação de dispensadores de sacos e sinalética informativa, incentivando boas práticas por parte dos donos dos animais – que esses são os últimos a aprender alguma coisa com as pessoas.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Vasco Pereira, do Movimento “Cascais para Viver”. Manuel Ramos Lopes, do PPD/PSD.

--- Manuel Ramos Lopes (PPD/PSD) ---

Cumprimento o Sr. Presidente e a Mesa, cumprimento o Sr. Presidente da Junta e o Executivo, colegas e público aqui presente.

A minha primeira palavra é para o público aqui presente. Este controlo, este escrutínio que é feito pelos cidadãos é essencial, não se deve esgotar na votação, de quatro em quatro anos, mas devem ter esta atitude, que nós temos uma sociedade civil perfeitamente abúlica e inerte, e portanto, é de saudar esta participação, e que continuem a vir cá, e a levantar questões, porque essa é a forma de escrutinar e de pedir contas aos órgãos e aos decisores políticos.

A segunda nota era, por um lado, saudar a Junta pela realização desta Assembleia em ambiente descentralizado, e também o Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, que tem mais de cem anos, e que me faz recordar o tempo em que aqui fiz judo e karaté, com o Mestre Cerveira, e depois, a paixão que o meu avô, Rui Mondes Duarte, que foi Presidente do Dramático em 1947, tinha pelo clube. Era um clube, do facto, emblemático da zona.

Queria louvar o Executivo pela moção que foi aprovada, que foi trazida à Assembleia de Freguesia, e foi uma recomendação à Assembleia Municipal e ao Executivo, e que está em processo de tramitação. É, de facto, essencial este controlo da venda de bebidas no espaço público, sob pena de estarmos a criar aqui uma banalização de um ambiente de insegurança, como existe em certas zonas do Algarve, e em certas zonas de Espanha. Portanto, é de saudar.

A minha última questão, embora não tenha sido ainda apresentada, por uma questão de economia processual, que sei que o Sr. Presidente da Mesa muito apreciará, eu vou já pronunciar-me sobre a moção da Iniciativa Liberal, quanto às taxas, relativamente aos animais domésticos.

Eu acho que a fundamentação não está particularmente feliz. E não está feliz, por quê? Porque, por um lado, dizem que a receita que a Junta tem com isto são 6.000€, mas depois dizem que pretendem baixar, e com isso, haverá um incentivo para as pessoas procederem ao licenciamento, o que é um bocadinho contraproducente.

Por outro lado, dizem que não é uma taxa. De facto, uma taxa é uma contraprestação individualizada, por um serviço que é prestado. Nós hoje tivemos aqui duas intervenções de cidadãos, e claramente percebemos que quem tem animais domésticos – e eu tenho, e portanto, estou até a falar em causa própria – causa mais custos aos outros. Houve uma pessoa que falou na colocação de um sítio com sacos de plástico, outra pessoa falou numa limpeza do areal, mais cuidada, por causa dos animais. Portanto, claramente que, de facto, quem tem animais domésticos está a fazer um custo acrescido aos outros cidadãos.

Ainda assim, e postas estas observações, o PSD irá votar favoravelmente a vossa proposta.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Manuel Ramos Lopes, do PPD/PSD. Dou a palavra a Carlos Mesquita, da Iniciativa Liberal, se faz favor.

--- Carlos Mesquita (IL) ---

Cumprimento todos os presentes.

Ora bem, hoje vamos falar de cães e gatos. Trazemos hoje a esta Assembleia uma proposta simples, concreta, e que pensamos justa, recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que reveja e reduza substancialmente as taxas aplicáveis ao registo e licenciamento de animais de companhia.

Não estamos aqui a propor o fim das obrigações legais, nem a dizer que o registo dos animais não é importante; pelo contrário, precisamente porque é importante deve ser fácil, acessível e incentivado.

Hoje, quem tem um cão ou um gato está sujeito a obrigações nacionais de identificação e registo, nomeadamente através dos sistemas centrais obrigatórios. O cidadão já paga, já cumpre, já é chamado a regularizar o seu animal.

Por isso, a freguesia deve evitar que a sua intervenção seja sentida como uma duplicação de taxas, ou como mais uma barreira administrativa.

A pergunta que temos de fazer é simples: queremos mais pessoas a registar os seus animais, ou queremos criar obstáculos que afastam os cidadãos do seu cumprimento? Pensamos que a resposta é clara, a

freguesia deve ser parte da solução, deve facilitar, simplificar. Deve promover a posse responsável, o bem-estar animal, a saúde pública e a segurança de todas. E isto consegue-se mais facilmente com taxas reduzidas, simbólicas, ou, em certos casos, com isenções, do que com valores que podem desincentivar a regularização.

Aliás, também não percebo por que é que os gatos pagam mais do que os cães, mas pronto.

Esta também é uma questão de proporcionalidade. Estamos a falar de uma receita que, nos anos anteriores, rondou os 6.000€. Em contexto global do Orçamento da freguesia, é uma receita marginal. Mas, para muitos cidadãos, especialmente famílias com baixos rendimentos, idosos, pessoas que adotam animais, estes valores contam.

Ou seja, para a freguesia o impacto financeiro é reduzido; para os cidadãos, o sinal político é relevante. O sinal é este, a freguesia não olha para os animais de companhia como uma fonte de receita; olha para este tema como uma responsabilidade pública, social e comunitária.

Propomos, por isso, que o Executivo avalie a redução substancial das taxas, isenção dos animais adotados em canis, centros de recolha oficial ou associações zoófilas, a redução ou isenção para pessoas em situação de insuficiência económica e a eliminação, ou forte redução, da taxa aplicada aos gatos, evitando sobreposições com registos centrais obrigatórios.

Defendemos ainda que se avalie o agravamento por atraso. Quando alguém vem regularizar a situação do seu animal, a resposta da freguesia não deve ser penalizar primeiro, e ajudar depois; deve ser o contrário, incentivar a regularização voluntária.

Pensamos ser uma proposta construtiva e financeiramente comportável. Reduzir estas taxas é uma decisão orçamental pequena, mas pode ser uma grande decisão de proximidade.

Por isso, apelamos ao Executivo que acolha esta recomendação e traga à Assembleia uma proposta de alteração regulamentar que torne estas taxas mais justas, mais proporcionais e mais amigas da regularização.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Carlos Mesquita, da Iniciativa Liberal. Dou a palavra a Joana Pereira, do Partido Socialista.

--- Joana Pereira (PS) ---

Boa noite a todos. Obrigada. Aproveitar a informalidade do Vasco, e cumprimentar a minha tia Luísa, já agora.

Aproveitar as palavras do meu camarada António Silva sobre o Dramático, foi algo que nos uniu em muitas conversas, é a nossa história com a Torre, com idades bastante diferentes. Eu vivi aqui até aos meus dezoito anos, e tenho muitas histórias no Dramático de Cascais, que provavelmente não posso contar numa Assembleia de Freguesia. Mas, vir aqui traz uma enorme alegria, e quem é desta zona deve celebrá-lo.

Numa outra nota, é uma nota não tão feliz, relativa às palavras da nossa antiga líder de Bancada, a roupa suja lava-se em casa, e o Partido Socialista tirará as suas ilações sobre a decisão da nossa antiga porta-voz.

No entanto, cabe também dizer que, independentemente de estarmos aqui na qualidade de membros de um Partido ou de um movimento independente, sabemos o que é a palavra “lealdade”, e temos uma lealdade, acima de tudo, para com os nossos eleitores. É muito bonito dizer que todos estes mandatos são uninominais, e são, na prática, legalmente, são. Quando as pessoas vão votar, votam num Partido e votam num movimento. E por muito que isto nos custe – neste caso, votaram num movimento, ou votam num movimento – damos a cara, seja em primeiro, em segundo, em terceiro ou em décimo quinto, mas damos a cara por algo que é coletivo. E a lealdade ao que é coletivo corresponde àquilo que é a lealdade ao nosso eleitor.

Mas, sobre a ética de cada um, só lhe cabe a si próprio, e a quem se confessa, seja ela qual for a sua confissão. No entanto, não pode deixar passar a situação em branco, temos um membro não inscrito nesta Assembleia, a partir de agora – dois, temos dois, exato – caberá a si próprios defender aquilo a que se propuseram, e aos seus movimentos, tirar as suas respetivas ilações.

Depois, naquilo que nos interessa, congratular todas as pessoas que vieram aqui, todos os fregueses que vieram aqui dar a sua palavra, que me roubaram algumas das reclamações que me foram pedidas, nomeadamente as questões relativas à Azarujinha, mas que agradeço.

Mas, venho aqui falar também sobre outras, que nos trouxeram, não só os nossos militantes do Partido Socialista, mas também fregueses que falam connosco, nomeadamente uma coisa que tem vindo a ser pedida – eu acho que, talvez, a cada três Assembleias de Freguesia isto seja pedido – o espelho da Rua do Viveiro, no fim da Avenida das Acácias, está partido, e está sempre a ser partido, e eu sei que está sempre a ser partido, mas tem de haver uma maior fiscalização, porque é um perigo aquela interseção. Aquela interseção é um verdadeiro perigo para todos, e que tem uma circulação enorme.

Além deste tema, também a questão do passeio na Rua Sacadura Cabral, que, Francisco, estás farto de receber *e-mails* neste sentido. Portanto, há que começar a resolver.

E por fim, a Junta não pode desligar o telefone quando as pessoas ligam. E foi o meu caso hoje, a Junta ligou-me hoje, a propósito da questão das fotocópias, que os membros desta Assembleia estão ao corrente, tendo em conta que esta Assembleia se realiza no Dramático, não tínhamos forma de imprimir as moções.

A Junta ligou-me, e depois eu liguei três vezes de volta, e ninguém me atendeu. E se isto acontece a um membro da Assembleia, pode acontecer a qualquer freguês, e não pode acontecer.

Relativamente às moções apresentadas, especialmente à da Iniciativa Liberal, tenho uma péssima notícia para a Iniciativa Liberal: já tínhamos apresentado, em 2021. E portanto, obrigada por nos copiarem, e espero que seja aprovada.

Obrigada a todos, e até já.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Obrigado, Joana Pereira, do Partido Socialista. Dou a palavra ao Vasco Palha, do PPD/PSD.

--- Vasco Palha (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Junta, restante Executivo, Sras. e Srs. Deputados, caros munícipes aqui presentes:

Depois destas guerras socialistas, eu vou passar à minha intervenção.

A minha intervenção prende-se pela moção do Livre, e começo por dizer, também sendo muito breve, que esta moção aborda um tema que merece toda a nossa atenção, de facto, naquilo que é a promoção da mobilidade sustentável, a adaptação às alterações climáticas, a melhoria da qualidade do espaço público, são objetivos que todos partilhamos – penso eu – nesta Assembleia, e que contribuem mesmo para uma melhor qualidade de vida da nossa freguesia.

Dito isto, importa também fazer uma distinção que nos parece essencial, enquanto Grupo de Lista do PSD: uma coisa são os objetivos que aqui são apresentados, outra coisa são as soluções concretas propostas para os concretizar. E a moção identifica um conjunto muito específico de intervenções, desde novas ligações cicláveis, à criação de corredores arborizados, que pela sua natureza, exigem estudos técnicos atualizados, avaliações de viabilidade, planeamento urbanístico, e decisões que competem às entidades responsáveis pela gestão da mobilidade no concelho, nomeadamente à Câmara Municipal de Cascais.

E as políticas públicas nesta área devem ser desenvolvidas de forma faseada, sustentada, tecnicamente fundamentada. A criação de novas infraestruturas ou serviços de transporte implica ponderar diversos fatores, como a segurança, a procura, a gestão do espaço público, a articulação com restantes modos de transporte.

E portanto, dando aqui uma nota final, também dando mais um ponto, é igualmente importante reconhecer que muitas das matérias que estão nesta moção extravasam mesmo aquelas que são as competências da Junta de Freguesia. E portanto, o papel da Junta deve ser outro, deve ser de proximidade, deve ser o de identificar as necessidades, representar os interesses dos fregueses e colaborar institucionalmente com a Câmara Municipal e com todas as entidades competentes.

Por isso, o nosso voto nesta moção não deve ser interpretado como uma concordância automática com cada uma das soluções aqui apresentadas, mas, sim, deve ser interpretado como um sinal de que reconhecemos – como referi ao início – a relevância dos desafios identificados, e de que defendemos que a Junta continue a desempenhar o seu papel de articulação, diálogo e representação dos interesses da população junto das entidades competentes.

E por isso, neste enquadramento que vos mencionei, votaremos favoravelmente esta moção.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Vasco Palha, do PPD/PSD. Dou a palavra, então, ao Duarte Abreu Loureiro, do Partido Chega.

--- Duarte Loureiro (Chega) ---

Cumprimentar o Executivo da Junta de Freguesia, na pessoa do Sr. Presidente, a Mesa, na pessoa do Sr. Presidente da Mesa, todos os meus companheiros, ou colegas de Assembleia, e, sobretudo, os fregueses que temos a honra de servir.

Agradecer aos outros membros da Assembleia as coisas que disseram até agora, mas quero agradecer sobretudo aos fregueses que vieram participar e trazer as suas sugestões e exigências. E gostava de frisar aquilo que foi comum a todos, um pronunciamento espontâneo e genuíno de que algo se está a passar em Cascais e Estoril, e não é bom, desde a ineficiência de serviços, que chega ao tráfico de droga e insegurança.

Se o objetivo do Poder Local é a proximidade, ninguém quer ouvir que não é da competência. O que os fregueses, e eu próprio, queremos ouvir, é vontade, brio e serviço. Vontade de agir, de corrigir, de notificar, de fazer. Pode não ser competência direta da Junta, mas nós sabemos que se nem a Câmara de Cascais responde aos *e-mails*, não é com certeza a PSP ou a Infraestruturas de Portugal que vão responder aos *e-mails*. Isto não são moções apresentadas pelos fregueses, são pedidos de ajuda.

Pedimos, numa instituição que prima pela proximidade, o devido auxílio.

Sr. Presidente, estes fregueses saíram das suas casas, em espírito de dever cívico, a exigir o que é deles por direito. Não interessam prémios de democracia participativa se menosprezamos essa mesma participação. Peço que respeite isso, com a prontidão de serviço que deve aos seus fregueses, e não com presunção sobre o tempo que demora a ouvir as pessoas que o Sr. Presidente serve.

O Sr. Presidente foi eleito e, tanto quanto sei, candidatou-se voluntariamente. Convido-o a ouvir com particular atenção, e com esse mesmo espírito de voluntarismo, e a agradecer quando tem uma sala cheia de pessoas a querer participar.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Duarte Abreu Loureiro, do Partido Chega. Vou dar pela última vez a palavra ao João Ferreira, do CDS-PP.

--- João Ferreira (CDS-PP) ---

Antes de mais, boa noite, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Junta de Freguesia, restantes membros da Mesa, do Executivo, e os demais aqui presentes.

Para começar, parabenizar o facto de nós termos aqui esta Assembleia neste clube, clube que eu tive o prazer, o privilégio e a honra de servir durante vinte e poucos anos. Muitas das taças que aqui estão tiveram também o meu contributo e o meu suor, como jogador de *rugby* – quer como jogador, quer como treinador. E portanto, fico muito contente por voltar a uma casa onde praticamente fui criado – não nestas instalações, começámos primeiro lá em baixo, como sabem, no antigo Dramático, depois no Guilherme Salgado, onde jogávamos, e depois passámos para aqui.

Portanto, sinto mesmo uma grande honra por estar aqui hoje, nesta sala, onde já estive aqui muitas vezes a festejar algumas vitórias, bastantes vitórias do *rugby* de Cascais.

Posto isto, dizer também a todo o Executivo que está aqui, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cascais, que nem tudo são espinhos. Portanto, eu fico um bocado, às vezes, estupefacto em ver que muitas pessoas vêm constantemente aqui apenas criticar e falar daquilo que não está feito. Eu não vejo ninguém, ou praticamente ninguém, a vir aqui elogiar o trabalho que vocês têm feito, que tem sido um trabalho muito bom – não de agora, não só deste mandato, como do mandato anterior.

E portanto, dizer que não é um trabalho fácil, eu sei que é muito mais fácil criticar, é muito mais fácil nós irmos ver as coisas más, e não olharmos para as coisas boas, mas as coisas boas são muito mais do que as más. E por isso, vocês foram eleitos, e todos os que aqui estão também, e portanto, é porque existe confiança no vosso trabalho, e o CDS-PP continuará aqui construtivamente, a ajudar naquilo que forem propostas que sirvam os fregueses, e não fregueses que venham apenas, legitimamente, expor os seus problemas, mas quando começam a ser só problemas, como dizia o outro, a ver vamos se será mesmo assim, ou não.

Posto isto, o CDS analisou esta proposta, e acompanhará a mesma, da Iniciativa Liberal, com o seu voto favorável. Ainda assim, gostaríamos de deixar duas breves notas.

A primeira é que a moção estabelece uma relação entre o valor das taxas e o abandono ou não licenciamento dos animais. No entanto, não encontramos no documento dados concretos relativos a Cascais que permitam confirmar essa ligação. Trata-se de uma posição política legítima, mas não de uma conclusão demonstrada.

A segunda é que importa distinguir entre duas questões diferentes: se existem normas ou valores que carecem de correção por razões de conformidade legal, essa correção deve ser naturalmente efetuada, mas a opção de reduzir as taxas para valores praticamente simbólicos já corresponde a uma escolha política da Iniciativa Liberal, e não é uma consequência inevitável da análise jurídica apresentada.

Dito isto, reconhecemos o mérito da discussão e a importância de garantir um regime equilibrado e adequado à realidade atual, razão pela qual o CDS votará favoravelmente a proposta.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, João Ferreira, do CDS-PP. Dou a palavra, então, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, para as suas considerações.

--- Presidente do Executivo ---

Muito boa noite, novamente, a todos. Sintam-se todos cumprimentados. Procurarei ser o mais breve possível, aproximamo-nos das onze da noite, e ainda não entrámos na ordem de trabalhos.

Relativamente à primeira intervenção, da Sra. Deputada independente, Maria João Fialho Gouveia, segurança rodoviária, sem-abrigo e segurança no Tamariz. Segurança rodoviária, aproveitei para abordar o tema no período do público, tal foi a desatenção que eu dei às intervenções do público.

Relativamente à questão dos sem-abrigo, também já está sinalizada junto da equipa de salubridade e de intervenção social da Câmara Municipal de Cascais. Mas, iremos também amanhã sinalizar junto da assistente social novamente esta questão. Eu próprio estive lá na semana passada e testemunhei *in loco* aquilo a que se refere.

A segurança do Tamariz, na praia, não tenho qualquer comentário a fazer. De facto, está uma praia muito simpática, e é Cascais a acontecer. Mas, nenhum outro membro de outra Bancada Parlamentar referiu isso.

Relativamente às intervenções da Sra. Deputada Filipa Marques, do Partido Livre, articulação sempre, obrigado pelas palavras endereçadas.

Medidas de impacto no relatório, deixaremos para o último ponto, mas será, obviamente, uma melhoria contínua ao nosso relatório.

Nuno Quartin, elogiou aquilo que também sente que tem sido a articulação, também deu uma palavra do Movimento “Cascais para Viver”.

E as intervenções do público, também saúdo, naturalmente, como saudei todas elas.

António Silva, relativamente à Rua das Caravelas, posso-lhe garantir que a paragem de autocarro irá ser feita. Temos pressionado mais a Câmara do que o Silva tem pressionado esta Assembleia de Freguesia, acredite, e não só, desde lombas na Rua das Caravelas, desde requalificação total da Travessa do Sargo, da Travessa do Robalo, desde a sinalização vertical que requalificámos, as zonas verdes que pedimos, e que estiveram a requalificar, as desbaratizações, tudo o que seja controlo de pragas, temos estado no terreno, lá, todos os dias.

E, de facto, é de saudar esse trabalho de espaço público e de higiene urbana, sem precedentes no Bairro da Torre, mas continuaremos.

Miguel Lima, do CDS-PP, que elogiou a questão do regulamento municipal, mais um passo que esta Assembleia de Freguesia e este Executivo tomaram na higiene urbana, que incluiu também as estações ferroviárias, e os chamados CUC também, os Centros Urbanos Comerciais, o centro histórico de Cascais, o Monte Estoril, os jardins do casino, no Estoril, a estação ferroviária de S. Pedro e S. João, uma proposta nunca feita por nenhum Partido na história deste Município, nem desta freguesia, este Executivo e esta Junta assim o fizeram.

Vasco Pereira, na sua memória descritiva do que fazer do pinhal da Aldeia de Juso, acho que se esqueceu da localização, de onde colocar a rega para os espaços verdes. A proposta foi a um detalhe tão grande, você deu quase uma memória descritiva da Aldeia de Juso.

O pinhal da Aldeia de Juso, e para que também fique escrito em ata, e você referiu isso também, é um dos equipamentos que tem mais equipamentos, que eu tenha conhecimento – talvez superior o Parque Marechal Carmona, não sei – referiu quatro, não sei se são mais do que quatro. É um pinhal que está bastante bem equipado, desde um campo sintético de futebol de cinco, com tabelas, desde uma rampa de *skate*, desde equipamentos de *fitness*, onde ainda há duas ou três semanas se comemorou o aniversário do Chesol. É um espaço que é vivido, é um espaço que tem muita vida, que tem muita qualidade, é um espaço verde de referência, eu assim o considero, e lá estive.

No entanto, como disse aqui, se tivermos de fazer essa reflexão, uma vez que aquilo não serve o que o Vasco considera servir, estamos disponíveis para essa reflexão, estamos disponíveis para ver que outro tipo de equipamento é que pode substituir aquele que lá existe. No entanto, o pinhal da Aldeia de Juso não é, de todo, um espaço mal cuidado, e refuto, não obstante poder ser melhorado, e estamos disponíveis para essa reflexão.

Agradecer também a intervenção do Sr. Deputado Manuel Ramos Lopes, do Partido Social Democrata.

Agradecer também a intervenção de Carlos Mesquita, da Iniciativa Liberal, Sr. Membro da Assembleia de Freguesia.

Relativamente às taxas de cães e gatos, se a receita é assim tão pouca, devemos aumentar as taxas? É uma provocação, naturalmente.

A moção não especifica qual é a vossa visão para os animais e para as raças de maior perigo, se devemos taxar mais, se devemos taxar menos, se esse estudo está feito. Comparam, efetivamente, com uma Junta de Freguesia que cobra mais barato, mas a realidade não quer dizer que nos tenhamos todos de equiparar pelo valor mais baixo. Mas, estamos disponíveis para fazer essa reflexão também – taxa essa que está em vigor, que, como sabe, não foi imposta por este atual Executivo, é uma tabela de taxas que vigora do Executivo anterior. E portanto, poderemos também perceber até que ponto é que esse incentivo da taxa pode incentivar, ou não, um maior registo de cães e gatos na nossa freguesia.

Passando para a Joana, se me pudeses enviar a questão do espelho, nós já anotámos. Joana, se não te importares também de enviar aquilo que é a calçada da Rua Sacadura Cabral.

Vasco Palha, Sr. Deputado da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Palha, do Partido Social Democrata, obrigado pela intervenção.

A intervenção do Sr. Deputado Duarte Abreu Loureiro, não farei comentários. Refere desprezo, refere falta de ouvir, não compreendeu nada, naturalmente, das minhas observações. É uma falta de respeito aquilo que alegou aqui na sua intervenção, é altamente desprezível a sua intervenção, pelo que tentou dizer. Alegar a questão do tempo, factos são factos, são vinte e três horas, e o período de antes da ordem do dia deve compreender uma hora, do início da Assembleia de Freguesia. Se tem experiência neste tipo de coisas, não tente levantar outras alegações, que não aquelas que foram ditas.

O público foi ouvido com toda a atenção, tudo aquilo que aqui foi dito foi registado, e também posso contestar aquilo que é a espontaneidade que aqui referiu. Não sei onde é que quis chegar com essa questão.

Por isso, Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, termino assim o período de antes da ordem do dia.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta.

Vamos agora, de imediato, passar às votações das moções.

A primeira moção que vai ser colocada à votação – e gostaria de ter a vossa atenção e a vossa ajuda – é a moção da Iniciativa Liberal. Quem se manifesta contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Vou pôr à votação a moção apresentada pelo Partido Livre. Quem se manifesta contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Vamos entrar, então, no **Período da ordem do dia**.

O período da ordem do dia corresponde ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, que é a Aprovação da ata da 1.ª reunião ordinária da Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril, realizada em 28 de abril de 2026.

Alguém tem alguma intervenção a fazer? Vou proceder à votação desta ata. Quem vota contra, que se manifeste. Quem se abstém? Quem não esteve presente. Quatro (4) abstenções.

Vamos passar, então, ao **Ponto n.º 2** da ordem de trabalhos, Proposta 138/2026 – Aprovação do Regulamento da Cimeira Associativa Jovem de Cascais – Estoril (CAJCE).

Sr. Presidente da Junta, quer apresentar esta proposta?

--- Presidente do Executivo ---

Peço autorização para que quem faça a apresentação do ponto seja o Sr. Vogal do Executivo com o pelouro da juventude, Simão Santiago Madeira.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Então, Simão Madeira, se faz favor, tem a palavra, por delegação do Sr. Presidente da Junta.

--- Simão Madeira (Vogal) ---

Muito boa noite, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente do Executivo, restante Executivo, Srs. Deputados da Assembleia de Freguesia, caro público aqui presente.

Confio que todos tenham recebido as informações relativas à Assembleia, e que, portanto, tenham analisado muito bem aquele que é o regulamento desta Cimeira Associativa Jovem de Cascais e Estoril. No entanto, vou aqui apresentar os pontos base, de uma forma muito sucinta.

Isto é a forma que a Junta de Freguesia encontrou para haver mais proximidade entre aquilo que é o órgão executivo e as associações juvenis, e também outras coisas de relevo, que passo a enumerar.

Primeiramente, é uma questão de nós conseguirmos vincular estas associações à sua palavra. Nós vamos obrigar a que estas associações apresentem um plano de atividades detalhado, devidamente orçamentado, com os pedidos de apoio que querem fazer à Junta de Freguesia, para que isto não seja de uma forma

completamente anárquica e desorganizada. E no final do mandato, na segunda reunião, serão obrigados a apresentar um relatório de impacto, para nós termos a certeza precisamente daquilo que foi feito, aquilo que a Junta de Freguesia falhou, aquilo em que a própria associação falhou, e aquilo que é passível de melhorar.

Nós queremos não só aproximar este Executivo das associações juvenis, mas também queremos aproximar as associações juvenis umas das outras, centralizar os apoios e, acima de tudo, fomentar o associativismo juvenil em Cascais e Estoril.

No fundo, acho que não conseguia reduzir isto mais sucintamente. De qualquer das formas, se tiverem qualquer tipo de questão, cá estarei para responder.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Simão Madeira.

Maria João Fialho Gouveia e Duarte Rei, do Chega. Mas, primeiro dou a palavra a Maria João, e depois à Joana, e depois o Vasco.

--- Maria João Gouveia (Independente) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Mesa.

Naturalmente, eu saúdo esta iniciativa, pois sensibilizar os mais jovens para a atividade política é importante, uma vez que deles dependerá o nosso país no futuro.

De igual modo também é de louvar a promoção do associativismo por questões culturais e solidárias.

No entanto, eu gostaria de pedir alguns esclarecimentos em relação a alguns pontos. Qual a verba disponível prevista para este projeto patrocinado pela Junta? Assumindo-se esta cimeira como um veículo de apresentação dos planos de atividades e pedido de intervenção e apoios da Junta, estes planos e estes pedidos são vinculativos? E por fim, em relação ao prémio de mérito cívico de Cascais, este prémio é somente honorário, ou igualmente pecuniário?

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Maria João Fialho Gouveia, independente. Dou a palavra ao Duarte Rei, do Partido Chega.

--- Duarte Rei (Chega) ---

Boa noite a todos. Boa noite, Sr. Presidente, Sr. Presidente da Mesa, cumprimentar o Executivo.

A questão que venho colocar aqui, trago aqui duas questões, e vou ser bastante sucinto.

A primeira também é relativamente aos fundos, como disse a Sra. Deputada.

Só para deixar bem claro, nós vemos esta proposta com bons olhos, atenção. São só mesmo duas questões, a primeira é relativamente aos fundos; a segunda questão, faz um bocado de comichão – e peço desculpa pela expressão – sinto que pode haver, um bocado, uma falta de independência. O que é que eu quero dizer com isto? Não digo que seja o caso deste Executivo, mas *a posteriori* daqui, tenho receio de que possa haver uma associação de jovens empenhados, com bons planos, com bons projetos, mas que, por algum motivo, possam ter uma agenda diferente da Junta. Quero realçar que não me refiro especificamente a este Executivo, não é um ataque, é mesmo uma preocupação para o futuro, mas é relativamente, talvez, a esta falta de independência, sendo que estas associações juvenis necessitam dos apoios, e primeiro, precisam da aprovação da Junta, e posteriormente, dos meios que a Junta lhes pode dar, sendo um deles o financiamento.

A questão que faço é: não pode haver algum problema de pouca independência, em que, no futuro, algum Executivo da Junta possa dizer que não a um bom projeto, por este ser diferente, ou por não partilhar uma agenda do Executivo?

E é tudo, obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Duarte Rei, do Partido Chega. Joana Pereira, do Partido Socialista.

--- Joana Pereira (PS) ---

Aproveitar esta nota para dizer que eu gosto muito – o Francisco, há bocado, chamava-me “deputada”; nós não somos deputados, somos membros. E gosto de trazer alguma informalidade a este tipo de órgãos, porque acho que pecamos muito pelo excesso de formalidade.

E aproveitar esta nota, que é um projeto de juventude, saudar a iniciativa da Junta, que não deve nunca ser condenada, de forma alguma. E as questões de financiamento foram feitas por dois Partidos, e o Partido Socialista esgota essa pergunta.

Só fazer uma questão, na sequência até do que o Duarte acabou de perguntar, não tanto se projetos diferentes daquilo que é o âmbito da Junta, mas eu fiquei com algumas dúvidas sobre os critérios de seleção destas associações – o critério de seleção destas associações que vão pertencer, o regulamento não é claro nesse sentido.

E portanto, nós sabemos que este tipo de iniciativas correm sempre o risco de ser interpretadas pelos demais como uma forma de promoção – e todos os Partidos sofrem disto – de associações mais amigas. E era só para ver esclarecida essa questão.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Joana Pereira, do Partido Socialista. Vasco Palha, do PPD/PSD.

--- Vasco Palha (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Junta, novamente, Sras. e Srs. Deputados, público presente:

É, de facto, salutar esta proposta da Junta de Freguesia, eu vejo mesmo com muito bons olhos, porque ao olhar para esta proposta, penso muito numa frase que ouço bastante, que os jovens são o futuro, mas a verdade é que os jovens não podem viver permanentemente no futuro, e têm mesmo de fazer parte do presente.

E portanto, é precisamente por isso que considero esta proposta muito importante, esta criação da Cimeira Associativa Jovem de Cascais e Estoril, e não falo apenas como deputado da Assembleia, mas também como jovem de vinte e três anos, que cresceu nesta freguesia, que se desenvolveu nesta freguesia, que participou em associações, que conhece as associações, reconhece o movimento associativo da freguesia, e que acredita que esta participação cívica não pode ficar limitada apenas a atos eleitorais.

E portanto, durante muitos anos – também como se referiu na proposta – as associações juvenis, as associações de estudantes, os escuteiros, e tantos outros projetos desenvolvidos por jovens, fizeram um trabalho extraordinário na nossa freguesia. E o que acontecia muitas vezes era que os faziam de forma isolada, não tinham um espaço de encontro comum, de articulação, de diálogo com quem tem responsabilidades públicas, e com quem tem responsabilidades políticas. E eu acho que é precisamente essa lacuna que esta proposta vem preencher.

E a Cimeira Associativa Jovem é, no fundo, uma oportunidade para aproximar os jovens da decisão pública e da decisão política, para criar pontes entre as associações, que muitas vezes acabam por nem sequer conhecer os projetos umas das outras, efetivamente para ouvir quem está no terreno, para transformar boas ideias em projetos concretos.

E há um aspeto também que acho importante nesta proposta, que ainda não foi mencionado, mas que eu acho que é importante, que é a questão da responsabilidade, porque participar também implica compromisso. E portanto, acho muito positiva a apresentação de um plano de atividades, acho muito positiva a definição de objetivos concretos, acho muito positiva a avaliação de resultados alcançados, que estão presentes nesta proposta.

E portanto, isto deve ser visto como uma forma de valorizar o trabalho das associações e demonstrar que, de facto, há muito impacto positivo que muitas delas fazem na nossa sociedade e nas suas comunidades.

E por isso, acho que precisamos mesmo de jovens que participem, que liderem, que criem, que apresentem soluções para os desafios da sua geração. E também precisamos de instituições que estejam disponíveis para os ouvir. E acho que esta proposta cria precisamente este espaço.

E dar aqui uma nota, que foi referida há bocadinho, da questão da independência, que eu não queria deixar de tocar, de haver algum problema com a independência desta proposta. Estamos a falar de um órgão consultivo, não estamos a falar de um órgão deliberativo. Portanto, eu acho que o objetivo é criar diálogo, e portanto, não se substituir à autonomia das associações. E portanto, sendo apenas um órgão consultivo, acho que essa questão da independência não se coloca. Mas, daqui a bocadinho, o Executivo poderá esclarecer melhor do que eu. E portanto, acho que isto não se coloca.

E mesmo para terminar, acho que num momento em que se refere muitas vezes que os jovens estão afastados da política, que não participam, que não se interessam pela vida pública, que vivem desligados das instituições, que não acreditam nas mesmas, e que não se querem envolver na comunidade, eu acho que este Executivo está a fazer exatamente o contrário, acho que está a abrir portas, está a criar canais de participação e a dar voz às estruturas juvenis da nossa freguesia.

Saúdo-o muito por isso, e considero que esta é uma proposta muito inovadora, é uma proposta que está alinhada com tudo aquilo que defendo, e que acho que deve ser uma boa política de juventude, audaz. E por isso, uma política de juventude audaz deve ser menos decisões tomadas sobre jovens, e mais decisões tomadas com os jovens.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Obrigado, Vasco Palha, do PSD. Miguel Lima, do CDS-PP.

--- Miguel Lima (CDS-PP) ---

Ora, uma vez mais, boa noite.

Relativamente a esta Cimeira Associativa, é com orgulho que a Bancada do CDS felicita o Executivo da Junta de Freguesia pelo apoio à atividade de jovens. Eu, já há muitos anos, estive nestas lides, quer de associações de estudantes, e também de associações juvenis em Cascais, e quando vi esta cimeira lembrei-me do Conselho Municipal de Associações Juvenis. E posso partilhar aqui um pouco a minha experiência, apesar de até, na altura, ter uma ideia diferente daquela de quem liderava a autarquia, sempre me senti bem-vindo, e sempre houve debate público entre associações e jovens.

Quero felicitar a Junta de Freguesia de Cascais e Estoril, que assume aqui, uma vez mais, o seu carácter inovador, a nível nacional, destacando-se das suas demais congéneres. Assume uma responsabilidade – e sim, é uma responsabilidade que estão a criar, que é propulsionar o espírito associativo nos jovens, e que,

tal e qual como foi dito anteriormente, que é algo que nós registamos que há falta de estruturas onde os jovens possam aprender e formar-se também, adquirir competências. Quando li esta cimeira, foi exatamente nesse sentido, que é formar, dotar de competências, de empreendedorismo, da nossa camada mais jovem da nossa freguesia.

E por isso, o CDS acredita que criar estes espaços é fundamental para as novas gerações, para que possam desenvolver as tais competências. E mais do que apoiar, o compromisso é capacitar, e eu acredito nisso.

Por isso, os meus parabéns.

Relativamente à abertura e à liberdade, eu acho que é isso mesmo, ou seja, nós, depois, se houver algum problema, existe sempre uma Assembleia de Freguesia que estará aqui presente para defender, naturalmente, os interesses dos nossos fregueses e dos nossos jovens.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Miguel Lima, do CDS-PP. Dou a palavra, então, ao Executivo, para tomar a palavra.

--- Simão Madeira (Vogal) ---

Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente do Executivo, sintam-se todos cumprimentados.

Irei começar pelo fim, que acho que é mais fácil começar pelas partes boas primeiro.

Agradecer as intervenções do Sr. Deputado Vasco Palha e do Miguel Lima. E, de facto, espelham tudo aquilo que são as minhas intenções.

Agora indo, não às partes negativas, porque estamos aqui todos para debate democrático, mas aqui para responder e para esclarecer aquilo que são as vossas dúvidas, relativamente àquilo que foi exposto aqui pela Sra. Deputada Maria João Fialho Gouveia, dizer-lhe que, em termos de verba disponível para o projeto, os espaços vão ser cedidos, ou pela Junta de Freguesia, ou pela Câmara Municipal, pelo que não haverá nenhum tipo de encargo com o aluguer dos espaços, e que, no máximo dos máximos, serão as horas extraordinárias que paguemos a alguém dos serviços da Junta para ajudar na elaboração da ata. De resto, todo o dinheiro que for gasto no decorrer da Cimeira Associativa Jovem será dos pedidos que forem feitos neste fórum, que é o devido, dos pedidos de apoio por parte das associações juvenis, não havendo qualquer tipo de encargos adicionais relativamente a isso. A única coisa que acontece é que em vez de termos um pedido em janeiro, três em fevereiro, quatro em março, acontecem, por exemplo, dez, onze, doze pedidos naquela altura, de outubro ou novembro, e fica tudo centralizado, até por uma questão de centralização e de facilitação dos trabalhos, e fica tudo muito mais fácil, e até muito mais transparente para todos, porque as atas vão ser públicas, e toda a gente vai saber precisamente aquilo que foi pedido por cada associação. Portanto, isto também é importante realçar.

Relativamente a serem vinculativos os planos de atividades, os planos de atividades competem às associações juvenis. Nós não nos iremos pronunciar, logicamente, sobre qualquer plano de atividades. Nós não vamos dizer à Associação A, B e C aquilo que eles devem fazer, isso cabe aos seus órgãos sociais, cabe aos seus associados, nós não iremos tocar nisso, de que forma for.

Relativamente ao prémio de mérito, é uma questão de orgulho, de a associação poder dizer “nós temos o selo de mérito da Junta de Freguesia de Cascais e Estoril, porque nós fizemos, nós trabalhamos”.

Relativamente ao Sr. Deputado Duarte Rei, creio que foi já respondida a questão dos fundos, creio que ficou esclarecido.

Relativamente à falta de independência, mais uma vez, como os planos de atividades são realizados pelas associações, as suas atividades também são realizadas pelas associações. Se uma associação não quiser pedir fundos à Junta de Freguesia e decidir que quer fazer um torneio de futebol, um torneio de matrecos ou um torneio de berlinde, nós não somos ninguém para dizer que sim ou que não.

Portanto, em termos de independência, nós não tocamos por aquilo que é feito pelas associações. Podemos é decidir, enfim, dar fundos a coisas que achemos que têm mais impacto na freguesia, ou não. Mas, isso é a única questão aqui. Em termos daquilo que são as atividades, nós, obviamente, não nos colocamos à frente.

Relativamente aqui à Joana, à Sra. Deputada Joana, que ficou com dúvidas, os critérios são muito simples: as associações juvenis são definidas legalmente pela Lei do Associativismo Jovem, e são esses os termos que nós utilizamos para a definição de uma associação juvenil. Nós alargamos o espetro daquilo que são as associações que podem participar na Cimeira Associativa Jovem, porque nós também chamamos associações de estudantes, e chamamos os escuteiros.

De qualquer das formas, em termo de provocação, tinha trinta dias para fazer as suas sugestões, porque estive em período de consulta pública. Portanto, se tinha dúvidas, poderia ter feito nessa altura.

De qualquer das formas, agradeço muito todas as sugestões e dúvidas que foram aqui colocadas, e estou logicamente aberto a qualquer tipo de sugestões, porque qualquer tipo de sugestão que nós queiramos colocar neste regulamento – e de certeza que haverá várias coisas a mudar – poderão vir a esta Assembleia de Freguesia e poderão constar numa próxima revisão do regulamento.

Dito isto, só avisar, para não estranharem, eu vou ter de me ausentar, porque amanhã tenho a minha defesa da tese, logo de manhãzinha. E portanto, só dizer que espero que os trabalhos corram como previsto, e agradecer a presença de todos.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Simão Madeira, membro do Executivo. Boa sorte.

Vamos, então, proceder à votação do Ponto n.º 2 da ordem de trabalhos, Proposta 138/2026 – Aprovação do Regulamento da Cimeira Associativa Jovem de Cascais – Estoril (CAJCE). Quem vota contra, que se manifeste. Quem se abstém? PS. Quem vota a favor? São todos os restantes membros. Portanto, foi aprovado por maioria, com uma (1) abstenção, do membro da Assembleia António Silva, do Partido Socialista.

Ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, Proposta 144/2026 – Aprovação da Alteração à Tabela de Taxas CAF – 1.º ciclo e das Normas de Funcionamento da Componente de Apoio à Família (CAF) 1.º e 2.º ciclo e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) – Ano letivo 2026/2027.

Sr. Presidente.

--- Presidente do Executivo ---

Passo a palavra à Sra. Vogal do Executivo, responsável pelo pelouro da educação, Vera Policarpo.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado. Dou a palavra, então, a Vera Policarpo, membro do Executivo, para apresentar este ponto da ordem de trabalhos.

--- Vera Policarpo (Vogal) ---

Boa noite a todos. Vou ser breve. Caro Presidente da Mesa e restantes membros, caro Presidente e colegas do Executivo, a todos os membros da Assembleia de Freguesia, e público que ainda esteja presente aqui hoje.

Eu vou tentar ser breve, embora seja um ponto em que todos precisam de alguma explicação, não só porque é um aumento de taxas, mas também porque os nossos programas se dividem em várias monossílabas.

A CAF é a Componente de Apoio à Família, e é aquilo que para muitos era o ATL. Atualmente, as CAF estão agregadas ao Programa “Crescer a Tempo Inteiro”, mas as CAF’s decorrem completamente fora dos tempos letivos, e são a resposta de apoio às famílias, tanto nos períodos de prolongamento da manhã, antes de as aulas começarem, como no final do dia, e ainda nas interrupções letivas.

Acarreta para nós uma grande logística, uma grande organização, e também uma enorme despesa. A CAF apenas sobrevive com receitas diretas das famílias. Tudo o resto, que será um défice, é um défice assumido pelas contas da nossa Junta de Freguesia.

É este o motivo pelo qual, neste momento, é muito importante aumentarmos, porque há dois anos que não o fazemos – durante dois anos não houve aumentos – e há dois anos foi feito, e não tinha sido feito por causa do Covid, e tínhamos ainda muitas restrições. O que acontece é que muitas coisas mudaram, principalmente depois do Covid, além dos custos com os recursos humanos – os salários aumentaram, a Segurança Social aumenta, todos estes custos aumentam.

E também se verificou um aumento muito significativo de inscrições. Para terem uma ideia, o mês de julho é um mês em que as crianças ficam totalmente entregues à Junta de Freguesia e à nossa equipa, e temos, neste momento, oitocentas e vinte crianças inscritas. Não podemos aceitar mais. Por quê? Não temos recursos humanos.

Neste momento, a maior da nossa escassez são recursos humanos. Nós temos um quadro de sessenta recursos humanos contratados, de 1 de setembro a 31 de julho, mas nunca estão a tempo inteiro. E portanto, quando chega a altura de interrupções letivas, como em setembro, na primeira quinzena de setembro, como em janeiro, como na páscoa, nós precisamos que eles tenham disponibilidade o dia inteiro. Nem sempre é fácil, muitos deles são alunos de faculdade, que nós conseguimos, não só porque procuram experiência profissional, como muitos deles, depois, utilizam para estágios em cursos que se refletem na experiência com crianças, e por outro lado, no mês de julho precisamos ainda de mais. Por exemplo, este mês de julho vamos ter uma despesa extra para reforço de equipas, que ronda os 25.000€, em recibos verdes.

Portanto, neste momento, nós, para continuarmos a dar uma resposta às famílias, temos, efetivamente, de fazer um aumento. É um aumento significativo, alguns programas, como as CAF's da manhã e da tarde, não sofrem grande alteração, o aumento ronda os 10% - 12% - não é um impacto muito significativo no orçamento das famílias, e nós somos também o parceiro que tinha as taxas mais baixas de todo o concelho, e ainda assim vamos ficar com taxas equiparadas à Junta de Freguesia – o parceiro mais idêntico em termos de estrutura, connosco – que tinha os valores mais baixos, ou seja, logo a seguir a nós, que era Carcavelos e Parede.

A juntar a isto, fomos também convidados pelo Agrupamento e pela Câmara, e principalmente pela Associação de Pais, a sermos parceiros, a partir de setembro, em mais uma escola, o que significa que, a partir de setembro, somos parceiros em catorze escolas, o que significa que, daqui a um ano, em vez de oitocentas e vinte, teremos mais de mil crianças inscritas. Isto, para nós, além da logística dos nossos recursos humanos, que trabalham muitas horas para organizar escalas, para contratar mais pessoas, para abrir concursos, para fazer procedimentos, através também da nossa contratação pública interna, fazer encomendas de almoços, lançar as mensalidades e as faturas para os pais fazerem os pagamentos, mais o “agora quer, agora não quer” – portanto, há toda uma logística muito grande por trás disto.

Não obstante, também cumprimos todos os procedimentos. Esteve trinta dias em consulta pública, não houve qualquer contestação, e agora estamos também a dar continuidade ao processo, que será a vossa eleição.

Queria também deixar aqui a nota de que os regulamentos aqui alterados têm principalmente a ver porque as taxas fazem parte do regulamento. E portanto, não poderíamos trazer as taxas sem trazer os regulamentos.

Além disso, houve a necessidade de atualizar alguns parágrafos, de acordo com algumas necessidades que fomos verificando que não estavam atualizadas, mas principalmente porque a partir do momento em que alterávamos as taxas, essas constam no próprio regulamento, e portanto, teriam de vir os dois pontos juntos, um faz parte do outro. Também era só para deixar esta nota.

Estou também disponível para responder às questões que tenham.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Vera Policarpo, representante do Executivo. Maria João Fialho Gouveia, se faz favor. Aceitam-se inscrições.

--- Maria João Gouveia (Independente) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A Junta de Freguesia de Cascais e Estoril promove estas respostas socioeducativas no âmbito das CAF e das AAAF, que são naturalmente importantes, sobretudo para os pais e para os alunos. E é, de facto, uma equipa patrocinada pela Junta que exerce estas funções nas escolas, o que justifica que estas prestações sejam pagas, para se poder pagar a esses funcionários.

No entanto, eu gostava de fazer aqui algumas perguntas, nomeadamente no que diz respeito à penalização de 3€ por cada quinze minutos de atraso na recolha de crianças. Gostava de saber se são passíveis de perdão e reembolso, em casos justificados, como no caso de problemas de saúde ou atrasos devidos a transportes públicos, como seja, por exemplo, numa greve geral.

E, por outro lado, gostaria também de saber – eu fiz aqui umas contas por alto – no caso de um aluno que acumule custos, um aluno do 1.º ciclo que pague 5€ de inscrição, 40€, se não me engano, de acolhimento de manhã e de tarde, são vezes dez, vezes dez meses, ou será uma vez por ano? Penso que são vezes dez meses. E se são pagos também nas interrupções letivas e nas interrupções da semestralidade.

E depois, além disso, suponhamos, fui buscar a verba dos 38€ por semana de interrupção letiva, mais 38€ pela interrupção de páscoa e o mês de verão – que não tomei nota aqui do valor – mais 15€ de três dias de interrupção, dando à volta de 500€ por ano, se é que os 40€ de acolhimento de manhã e de tarde são vezes dez meses, ou nove meses letivos.

Portanto, são estas as minhas perguntas, se realmente é assim que funciona. Não é uma crítica, eu votarei favoravelmente, mas gostaria de ver esclarecidas estas minhas dúvidas.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Maria João, independente. João Sande e Castro, do “Cascais para Viver”.

--- João Sande e Castro (JONET) ---

Obrigado, Sr. Castro, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Francisco Kreye, Sr. Presidente da Junta, Srs. Membros do Executivo, membros da Mesa, minhas senhoras e meus senhores.

Antes de mais, uma palavra aqui para o Clube Dramático e Sportivo de Cascais, que é sempre com alguma emoção que venho a esta casa, que me traz tão boas recordações, e que aqui passei tanto tempo, sobretudo no seu início, do edifício.

Uma saudação a um dos grandes atletas desta casa, ao João Ferreira, aqui presente, um dos grandes nomes do Dramático de Cascais, que é uma honra estar aqui também nesta Assembleia de Freguesia, e a fazer parte também destes membros da Assembleia de Freguesia, embora eu não concorde com aquilo que disse na sua intervenção – permita-me o formalismo do tratamento por “você”, porque eu acho que é importante os organismos manterem o formalismo, e não entrarem numa determinada bandalheira. Acho que o organismo se deve valorizar a si próprio, e não estamos na conversa de café, estamos numa reunião de um órgão político.

Mas, para dizer – para não me perder – que achou que havia demasiadas críticas, de demasiadas Bancadas, ao Executivo. Eu vi ao contrário, confesso, eu acho que até houve bastantes elogios, de Bancadas que nem sequer foram convidadas para integrar o Executivo, e que, portanto, nem sequer foram entendidos contributos úteis para estar no Executivo, mas que, apesar de tudo, entenderam vir aqui e tecer diversos elogios – aqui a Sra. Membro da Assembleia do Livre, Iniciativa Liberal, JONET “Cascais para Viver”. Portanto, houve várias intervenções positivas, que me pareceu um bocado injusta a sua crítica, de que havia aqui crítica pela crítica.

Mas, bom, iria retomar a intervenção sobre o ponto da ordem de trabalhos, do regulamento da tabela de taxas e licenças, relativamente às CAF's.

Primeiro, uma declaração de interesses: eu sou um consumidor deste produto, já de há algum tempo, de longos anos. A minha filha mais velha tem dezassete anos, já há uns bons treze ou catorze anos que consumo este produto, a minha mais nova tem oito anos, ainda frequenta as CAF's da freguesia; o outro rapaz do meio frequenta na freguesia ao lado, porque eu moro ali perto da fronteira, e está numa escola na Freguesia de Alcabideche.

Mas, isto para dizer que há um trabalho extraordinário feito aqui, pelos funcionários da Junta, pelos elementos das CAF's, por todos os voluntários, os monitores, por todo o esforço feito, que, de facto, há aqui um esforço considerável feito para que isto tudo ande, para que isto tudo funcione.

Mas, eu olho para o regulamento, e eu acho que isto é pouco, e acho que isto é muito. Eu acho que isto é pouco naquilo que oferece, e é muito naquilo que exige. É pouco naquilo que oferece, porque nós não chegamos a ter ali propriamente um projeto pedagógico, nós não chegamos a ter ali uma ideia do que é que deve ser feito, efetivamente, para promover uma melhoria da educação dos alunos, uma melhoria da vivência dos alunos nestas idades.

Se nós olharmos para o regulamento, quase todo o regulamento são regras, e exigências, e multas, e penalidades, e o que é que acontece se não faz, o que é que acontece se falhar. E isto não é o regulamento que queremos. Nós queremos um regulamento que diga que o projeto pedagógico é este, porque é uma idade fundamental de desenvolvimento das crianças, porque, de facto, se justifica fazer isto e aquilo.

Nós sabemos que nas atividades, as atividades variam pouco de ano para ano, e sabemos que em anos eleitorais, as atividades são um pouco melhores do que nos outros anos – isso também já deu para perceber. Nós, em anos eleitorais, sempre há umas idas ao Jardim Zoológico, umas visitas ao Oceanário, uma visitas aqui e ali, melhora um bocadinho. Mas, nos anos comuns, nada disso acontece, e 90% do tempo é passado no recinto da escola, vigiados pelos monitores, para que as crianças não se peguem à pancada.

Claro, há aqui um esforço grande, e há aqui um empenho grande dos monitores, e uma qualidade muito grande dos monitores, e uma relação ótima dos monitores com os alunos, com os miúdos, no que eu pude experienciar, desta vivência de mais de dez anos a consumir a CAF.

Agora, acho que é pouco também, porque a parte – e eu já disse aqui uma vez, e vou repetir: a parte da componente extraletiva nas escolas é extremamente pobre. Não é apenas nesta freguesia, não é apenas neste concelho, é no país todo. E já temos uma estrutura legal que permite ir muito mais além do que vamos hoje em dia.

Na Alemanha, as crianças chegam à escola às oito da manhã e saem às três da tarde, com o treino desportivo feito, com a aula de dança, com a aula de teatro, com o ballet, com o treino de basquete, o treino de futebol, o que for e aquilo que se interessem. Chegam às oito da manhã, e às três da tarde saem com isto tudo feito. Em Portugal, não; em Portugal, não é nada disso que acontece. As crianças chegam à escola às oito ou às nove da manhã, saem às cinco da tarde, ou cinco e meia, vão para o treino às seis da tarde, estão das seis às sete, ou sete e meia, chegam a casa, banhos, já não há trabalhos de casa, há uma criança estourada que adormece quase ao jantar, e vai direta para a cama. Não há área desportiva que possa vingar assim.

E o que é que acontece? Porque as crianças mais pequenas estão a treinar das seis às sete, e das sete às oito, os jovens de dezasseis e dezassete anos vêm treinar às dez e às onze da noite, como ainda hoje aqui

os ouvimos. Estes jovens deviam estar a treinar às cinco, seis da tarde, porque as crianças mais novas deviam estar a treinar às três, quatro e cinco da tarde. Isso é o que devia acontecer. E por que é que não acontece em Cascais? Desculpem, por que é que isto não acontece em Cascais, em Cascais, em que há milhões para tudo, em que há dinheiro para tudo? Para celebrar, para o que é necessário, para o que não é necessário, para o que talvez faça falta, porque eu concorri ao Orçamento Participativo e reuni uma data de amigos na internet, e consegui desviar umas centenas de milhares para o meu projeto. Ótimo, perfeito. Mas, há dinheiro para isto tudo, e não há dinheiro para a educação das crianças? Não há dinheiro para se investir num ATL a sério? Não há dinheiro para se fazer parcerias com clubes, com associações, com escolas de dança, com escolas de teatro, e dar uma educação verdadeiramente mais qualificada a estas crianças?

Em Cascais há dinheiro, nós podíamos ser um exemplo, nós podíamos fazer melhor, nós podíamos ir mais além. E com isso é que eu fico um pouco indignado, porque o que se faz é muito bom, mas podia ser muito mais do que isto.

Agora, em termos de valores, aí é que eu não posso já concordar, de maneira nenhuma. O preço de ter uma criança, durante o mês de julho, num ATL, pode ir até aos 190€ - portanto, se não for da escola; se for da própria escola, 160€ será o valor regular, normal. 160€, a partir do terceiro escalão, muito bem. Quanto é que é o terceiro escalão em Portugal? O terceiro escalão é um ordenado de 1.000€. Em Portugal, o terceiro escalão do IRS é um ordenado de 1.000€. Uma mãe que ganhe 1.000€, 12.000€ por ano. A CAF tem escalão nos documentos que nos entregaram – e já lá vou às AAFA's, ainda estou nas CAF's. Nas CAF's, o valor é de 160€. Está bem, mas está no regulamento que nos apresentaram.

Sra. Membro do Executivo, se não se importa, deixe-me acabar a minha intervenção, e depois contradiga-me, no fim, que ouvirei com toda a atenção e com todo o interesse. Tenho interesse político, e até interesse pessoal.

Bom, onde é que íamos? Os valores das CAF's podem ser de 190€ por criança, ou para uma criança que frequente a escola, mas que não frequente a CAF durante o ano letivo, pode ir até aos 160€.

Vou tentar abreviar, Sr. Presidente. Eu ainda não falei hoje, por isso estou aqui um bocado mais. Mas, é que este assunto me parece o mais importante que temos para discutir hoje. Por isso, se não se importa, eu ouvi aqui dezenas de intervenções com toda a atenção e paciência.

Voltando à questão, 190€ para uma família monoparental, uma mãe com dois filhos, muito bem, o segundo tem 20% de desconto, paga 190€ pelo primeiro, menos 20% pelo segundo, dá trezentos e muitos euros, mais as refeições, que tem de as pagar também. Para quem ganha mil e poucos euros por mês, não vai pôr em CAF nenhuma. Não pensemos, não vai pôr em CAF, porque a família não tem dinheiro. Uma mãe com dois filhos não tem dinheiro para pôr os filhos na CAF, se ganhar mil e poucos euros por mês. Portanto, ou vai para os avós, ou pede a ajuda dos avós, ou pede qualquer coisa.

Agora, a realidade é essa. E um aumento de 20% em dois anos, que é a diferença dos 160€ para os 190€, que é o valor máximo – que era antes 160€, e passou para 190€ - é um aumento substancial, e que confesso que não se justifica por um incremento na qualidade do serviço, nem se justifica pela inflação. Portanto, qual é a justificação para que haja um aumento de 20% em dois anos? Tem de haver alguma coisa.

Quanto às AAAF's, apenas uma nota, porque isso também está lá no regulamento: as AAAF's, que são as atividades para o pré-escolar, essas apenas preveem uma isenção discricionária, atribuída pelo Presidente da Junta. Agora, eu acredito no seu melhor critério e na sua isenção nessas isenções; agora, não é correto. O correto era haver critérios, haver medidas, haver critérios fixos e decididos, que efetivamente ajudassem a decidir, e não fosse uma benesse majestática do Presidente da Junta, este leva e aquele não leva, porque não há qualquer critério no regulamento, diz só que o Presidente da Junta, se entender que a família tem falta de dinheiro, dá uma borla nas AAAF's. Parece-me que é muito curto, acho que deve haver alguma coisa mais substancial.

Perdoem-me por me prolongar tanto, perdoem-me a emoção, mas eu falo nisto com alguma emoção.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, João Sande e Castro, do "Cascais para Viver". Manuel Ramos Lopes, do PPD/PSD.

--- Manuel Ramos Lopes (PPD/PSD) ---

Reitero os cumprimentos de há pouco.

Relativamente a esta proposta de alteração à tabela das taxas das CAF, é isso que estamos a discutir, é uma alteração à tabela, e ela está consubstanciada num regulamento. E portanto, não fazia sentido estarmos aqui a questionar se tinham um conteúdo programático, não é isso que estamos aqui a aprovar. Estamos a aprovar um regulamento, e é isso.

Portanto, penso que não faz grande sentido a observação anterior.

Eu queria louvar a iniciativa do Executivo. É, com certeza, uma tarefa logística bastante complicada, este número de crianças, este número de estabelecimentos, lidar com pessoas que provavelmente estão em regime de prestação de serviço, outras que estão em regime de contrato sem termo, será com certeza complicado gerir tudo isto. E portanto, acho que é uma boa iniciativa.

Segundo julgo crer, as atividades, ao contrário do que foi dito também, têm algum conteúdo, não é um mero depósito. E portanto, algumas atividades e deslocações a museus, e a jardins zoológicos. E portanto, acho que é de saudar.

Outra das preocupações que a pessoa que me antecedeu aludiu foi o facto de ter de se começar mais cedo, para as crianças. Eu não vou discutir o mérito ou o demérito dessa observação, mas isso ultrapassa, em muito, as possibilidades da Junta de Freguesia. Quer dizer, isto tem a ver com o Ministério da Educação, e começar o país todo mais cedo, não é um tema que se consiga resolver aqui, tenha ele mérito, ou não.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Manuel Ramos Lopes, do PPD/PSD. E não há mais inscrições.

Passo a palavra, então, ao Executivo, se quer responder. Vera Policarpo, membro do Executivo.

--- Vera Policarpo (Vogal) ---

Respondendo primeiro à Maria João Fialho, funciona assim: as CAF's de tempo letivo são as que decorrem ao longo do ano. São facultativas – há pais que precisam, há pais que não precisam. Há ainda pais que precisam de um horário fora daquele. Os pais têm de ter um comprovativo em como precisam. E o que o regulamento diz – e aí, é o regulamento do CTI – “Crescer a Tempo Inteiro” – porque é uma CAF que decorre antes, mas dentro do ano letivo, nós temos de ter um mínimo para garantir a abertura. Por quê? Porque não vamos alocar um recurso humano para uma criança.

Ainda assim, muitas vezes fazemos, porque temos muitos filhos de médicos, enfermeiros, bombeiros, polícias, e muitos também que trabalham fora do nosso concelho, e precisam de deixar às sete e meia na escola. Mas, temos uma obrigação legal, em que não podemos aceitar uma criança que chegue às sete e meia – e portanto, faça o prolongamento da manhã – e que fique até às seis e meia, e que faça prolongamento da tarde, porque a Lei do Ministério da Educação não o permite.

E portanto, nós não podemos ter uma criança mais de dez horas diárias na escola. E portanto, se a pessoa tem essa necessidade, então terá de vir até ao fim das AEC's, porque as AEC's são um tempo letivo – apesar de sermos nós, Junta, também o parceiro que dinamiza as AEC's, é dentro do tempo letivo. Terminando as AEC's, voltamos a um período de CAF, que é o prolongamento.

Tanto o prolongamento da manhã, como o da tarde, são facultativos, e por isso também têm na tabela uma opção, que são senhas. Nem toda a gente precisa, nem sempre precisa, mas, às vezes, há um dia ou outro em que precisa, e portanto, podem comprar senhas.

Nos tempos não letivos, isto é, interrupções letivas da páscoa, do natal, não há CAF. Nós abrimos das oito e meia às dezoito e trinta, porque é um tempo não letivo, garantimos isso. E portanto, não há pagamento de CAF letiva; há apenas daqueles dias inteiros.

Tinha-me feito outra pergunta, dos atrasos. Funciona assim: exatamente por termos de cumprir esta Lei de não podermos ter as crianças excedentemente – porque eu tenho a sensação de que haveria crianças que entrariam às sete e meia, e se houvesse dormida, até dormiam lá – também temos muitas crianças que comem aquilo que comem na escola, e por isso, muitas das vezes, no verão, a Junta também disponibiliza

do seu Orçamento um reforço do lanche, porque as refeições são garantidas através da plataforma que é pedida à Câmara, é exatamente igual aos tempos letivos, é pago de acordo com o escalão, e nós não temos acesso ao que é que os pais pagam de refeições, nós apenas submetemos os alunos que estão inscritos naquela semana e naqueles dias nessa plataforma, e depois recebemos as refeições.

E portanto, aqui o que acontece é: se houver uma situação em que os pais até avisam o nosso técnico que aconteceu qualquer coisa – houve um acidente, estão no trânsito – obviamente não há cobrança. O problema aqui é que, tal como se falou hoje no civismo, nós temos de educar os pais. E portanto, muitas das vezes tem de haver alguma educação, porque senão todos os dias havia atrasos, para poder ficar mais um bocadinho.

Obviamente que raríssimas vezes – pelo menos eu estive no anterior mandato com a educação, com o “Crescer a Tempo Inteiro”, e nunca tivemos penalização nos atrasos; às vezes, quando se começa a ver que há ali uma situação recorrente, fazemos o aviso, e também os pais sabem que as crianças, e os próprios professores nisso são muito cooperativos, o professor coordenador de cada turma também recebe, depois, uma nota, e faz alguma advertência.

Portanto, esse era o outro ponto.

Greves, falou aí num ponto: a greve é uma situação muito complexa e muito complicada para nós, Junta, porque nós estamos a utilizar o espaço escola. Portanto, nós temos de cumprir aquilo que o Diretor de Agrupamento orienta. E o que acontece é que uma greve, por exemplo, de pessoal não docente, é precisamente a função dos nossos técnicos, eles são pessoal não docente, eles não dão aulas, eles não têm uma função pedagógica ou orientada por um programa do Ministério.

Portanto, o que é que nós vamos fazer? Vamos fazer ocupação do tempo livre. Ora, no tempo letivo, se nós dermos essa resposta, estamos a substituir as pessoas que estão a fazer greve, e o entendimento da maioria dos Agrupamentos – aliás, foi aqui a praxe do nosso Presidente, na primeira semana de mandato, foi exatamente uma greve muito complicada, e nós tivemos exatamente a decisão unânime dos nossos Agrupamentos, em que somos parceiros, de que se a escola não tem, e não está aberta às oito e meia – porque temos sempre alguém da escola com o nosso técnico – se já não temos lá alguém, nós não podemos estar a funcionar, porque basicamente já estamos a furar a intenção dos outros.

Numa greve de professores, pior ainda, porque nós não podemos substituir nenhum professor no tempo letivo. Nós não podemos dar aulas, e portanto, não podemos estar a substituir, embora ninguém vá dar aulas. Mas, se o tempo é letivo, nós não podemos estar lá.

E portanto, também aproveito para deixar aqui este esclarecimento, porque muitos de vocês podem ter filhos, netos, sobrinhos, vizinhos, e isto nem sempre é esclarecedor, porque nunca se entende muito bem o que é a equipa da Junta, e o que é as AAAF's, as CAF's e as AEC's. E a greve complica muito isto, porque

há o tempo letivo e o tempo não letivo. E obviamente que nós não podemos ir abrir a escola às cinco, ou às quatro e meia, quando acabam as AEC's, para ir dar uma resposta.

E depois, ainda referir outra coisa: do nosso quadro de pessoal, de 1 de setembro a 31 de julho, eles também são função pública, e também terão os seus direitos, se quiserem aderir à greve. E nunca aconteceu connosco, mas tivemos situações em que o parceiro quis dar resposta, e os próprios funcionários disseram “então, eu vou fazer greve”. Isto, depois, põe as relações de colegas e de profissionais em risco. E quando não há professores que pagam ao porteiro, ou a outros, para faltar.

Respondendo ao deputado João Sande e Castro, eu vou tentar ser o mais sucinta possível.

Nós não temos qualquer competência pedagógica numa CAF. No entanto, nós, como aconteceu em janeiro, como aconteceu durante a interrupção da páscoa, visitamos museus, visitamos parques. Não é verdade – e sabe, como pai, que não é verdade – que só vamos ao Jardim Zoológico em época de eleições, até porque a última vez que fomos ao Jardim Zoológico foi em 2023, foi durante o mandato, e não ia haver eleições.

E no ano passado fomos a parques durante o mês de julho – que já estávamos até em campanha – fomos a parques, fomos a diversos tipos de atividades. Este ano iremos também. E para terem uma noção, os preços das coisas aumentaram, os preços das entradas nos sítios aumentaram, e iremos a um parque, com estas oitocentas e vinte crianças – porque também não diferenciamos as AAAP's das CAF's, porque as AAAP's são um programa diferente, orientado, estipulado, e os preços são fixados, não por nós, e aí são por escalões, e as AAAP's não teriam de ir à mesma resposta que se dá em CAF's. No entanto, o entendimento deste Executivo é que não fazemos essa distinção, porque, na verdade, nós tomamos conta de crianças. E portanto, não vamos dizer “tu és mais pequeno, ficas na escola”. Não, tentamos arranjar resposta igual para todos. Vamos a um parque que dê resposta adequada a todas as idades, e vai-nos custar cerca de 20.000€ a ida – só os bilhetes, não estou a falar do transporte. E para dar resposta a oitocentas e vinte, pedimos ainda reforço e apoio à Câmara, que nos vai dar um autocarro extra, porque não tínhamos já capacidade, nem a empresa que tem os transportes nos conseguia arranjar mais autocarros.

E é por isso que este regulamento também é tão exigente, porque se nós não tivermos esta exigência, eu ia ter mais de mil crianças, e não podíamos ir a lado nenhum. E aí, sim, não poderíamos dar uma oferta com alguma qualidade, e com uma tentativa de termos algo acrescentado, porque, infelizmente, não estamos na Alemanha, não temos o ordenado mínimo que a Alemanha tem, não temos a estrutura de ensino que a Alemanha tem, e como isso não acontece, também não temos pais que estejam em condições, às três da tarde, de ir buscar os filhos.

Mas, também – e o anterior Executivo, e desculpem a mistura, mas o atual Presidente era Vereador do desporto, e foi quem muito me apoiou, a continua na mesma linha, de pagarmos a associações desportivas – e posso-vos dar aqui o exemplo desta, pela proximidade com muitas escolas, e também por ter várias modalidades – que durante o tempo das AEC's, e sempre que possível adequar a experiência – mas, não digo só daqui, porque também tivemos a dança, tivemos o *jiu-jitsu* na Raúl Lino, onde teve e tem filha, e isto,

foram sempre pagamentos que a Junta fez, através de apoio ao associativismo, para dar algo acrescentado e experiências, tanto a nível desportivo, como artístico. Temos, por exemplo, as nossas residências artísticas – e desculpem, porque também é o meu pelouro, mas anteriormente eu já fazia esta ponte – as nossas residências de artistas, uma das condições é que desenvolvam *workshops* nas escolas, onde as artistas vão, e promovem uma atividade, um *workshop* de pintura, de escultura, dependendo também da especialidade de cada artista.

E portanto, não, não é verdade que nós não tentamos dar algo acrescentado, e dar algo pedagógico, que não é a nossa função. Mas, isto é nas AEC's, em que temos uma orientação do Ministério da Educação. Uma CAF de interrupção letiva é aquilo que eu comecei por dizer, aquilo que muitos de nós conhecíamos como ATL. O ATL, e o espaço de ATL acabou, e a organização que a Câmara ao longo dos anos foi fazendo foi tentar dar uma resposta de uma Componente de Apoio à Família.

E por isso, nesse sentido, temos crianças que estão institucionalizadas e que frequentam, com isenção que o Presidente autoriza – vêm pedidos da instituição – temos essas crianças institucionalizadas, e muitas delas, ao longo do ano, fazem a CAF da tarde, e são isentas. E temos também pais que quando precisam de apoio, são encaminhados para as nossas assistentes sociais, e é feita a avaliação, e têm acordos de pagamentos adequados. Muitos deles, às vezes, o que precisam não é da adequação do pagamento, mas precisam de apoio – por exemplo, da alimentação – e é passado para a área social, e onde é acompanhado.

Eu julgo que respondi a tudo. Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Vera Policarpo, membro do Executivo.

Já foi a resposta do Executivo às perguntas feitas pela Assembleia, não podemos estar aqui até amanhã em pergunta e resposta. Desculpe, posso falar? Teve a palavra o tempo que foi necessário, que ninguém lhe cortou a palavra, disse o que entendeu, agora teve a resposta do membro do Executivo. Para que nós cheguemos à conclusão, não vamos estar aqui até amanhã a retorquir. Tem na sua mão o voto, o voto é a sua opinião e o seu parecer. Não vale a pena estarmos aqui a esclarecer mais nada, porque está tudo esclarecido.

Tem a defesa da honra, pede a palavra em que sentido? Mas, neste não é, porque já estamos na meia-noite e ultrapassamos. É porque não é democrático, se calhar, com certeza, mas é a minha decisão, a decisão da Mesa.

Já disse o que tinha a dizer, muito obrigado.

Vamos proceder, então, à votação do Ponto n.º 3, Proposta 144/2026 – Aprovação da Alteração à Tabela de Taxas CAF – 1.º ciclo e das Normas de Funcionamento da Componente de Apoio à Família (CAF) 1.º e 2.º ciclo e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) – Ano letivo 2026/2027. Quem vota contra, que

se manifeste. Partido Chega e o JONET. Quem se abstém? Quem vota a favor? Os restantes Partidos. Ninguém se absteve, pois não? Foi aprovado por maioria.

Vamos passar, então, ao **Ponto n.º 4** da ordem de trabalhos, Informação escrita e informação financeira do Presidente da Junta.

Se alguém tiver alguma solicitação, de algum pedido de informação ao Sr. Presidente da Junta – isto não tem votação. Não há ninguém inscrito. O Sr. Presidente também prescinde? Só se for muito rápido, trinta segundos.

--- Presidente do Executivo ---

Então, Sr. Presidente, serei muito rápido.

Apenas para dar nota, neste último ponto, de que este é um relatório preparado com toda a atenção e o melhor possível pelos serviços, das diferentes áreas da Junta de Freguesia.

Não obstante, assinalar algo que me parece que deve ser assinalado. Este Executivo cumpriu, e todos nós, enquanto membros eleitos, cumprimos seis meses, um pouco mais de seis meses de exercício de funções, e há questões que eu não gostaria de passar em claro, e não poderia deixar de elogiar e de assinalar, neste meio ano de balanço de mandato.

No que toca aos parques infantis, apenas em seis meses, com todos os processos que estão envolvidos, no que toca à contratação pública, que são processos muito pesados, muito morosos também, dar nota da requalificação do Bairro das Caixas, e a conclusão do parque infantil do Bairro das Caixas, requalificação do parque infantil da Bicuda. Estamos já a preparar a requalificação do parque infantil da União Recreativa da Charneca, do Bairro do Rosário e das Fontainhas.

No associativismo, recuperámos as nossas tradições, as Festas da Areia e do Livramento. Realizámos Festas de Santos Populares no hipódromo, na Quinta da Carreira, no Mercado de Cascais.

Liderámos a questão nacional, a nível da defesa do comércio local, combatendo aquilo que são as lojas de fachada. Estamos a discutir um regulamento municipal sobre o consumo e a venda de álcool.

Na área social, destacamos as inúmeras atividades para os nossos seniores, um teatro sénior para os “Cascotas”, o chamado “Grupo Cascotas”, que é um teatro sénior altamente inovador.

Tivemos o primeiro passeio aberto à comunidade sénior, onde cinquenta seniores foram até Évora, para não falar de todos os passeios à comunidade, dos nossos utentes dos espaços seniores.

Celebrámos os vinte e cinco anos da rede social, promovemos encontros entre as assistentes sociais e os psicólogos da nossa freguesia.

Na educação, um investimento histórico também, e estamos a poucos meses da conclusão da nova Escola Secundária de Cascais, que irá inaugurar em setembro.

Estamos a prosseguir com uma requalificação também histórica, no Liceu de S. João. Estamos a preparar todas as obras na interrupção letiva, em todas as escolas da freguesia, a nível de manutenção, também num investimento sem precedentes, no que toca à manutenção.

Na segunda-feira terminam os prazos de resposta de um concurso público do betuminoso, com o teto mais elevado que alguma vez a Junta abriu, com um teto de 400.000€ para o betuminoso da freguesia. Demos resposta num investimento de 150.000€ nas respostas à tempestade, do nosso betuminoso, temos requalificado praças, ruas, avenidas.

E iremos requalificar também, no próximo mês – esperemos nós, o início da obra, se a contratação pública assim permitir – a requalificação do polidesportivo do Bairro do Fim do Mundo.

A nível da cultura, batemos *records* naquilo que foi a promoção do Prémio Rei D. Carlos e no número de participantes de alunos e de Agrupamentos a participar, e escolas privadas e públicas. Para quem não conhece o Prémio Rei D. Carlos, promove a nossa cultura. Como também todas as exposições, que todos os meses se têm dado na Galeria de Arte de Cascais e do Estoril.

Por isso, Sr. Presidente, era só dar esta nota, e muito poderia continuar a falar sobre aquilo que a Junta tem feito. Mas, continuaremos a fazer o nosso trabalho, cada vez mais motivados.

Muito obrigado a todos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

De qualquer maneira, este ponto da ordem de trabalhos é uma informação escrita, que todos têm acesso a ela, e não há necessidade de estar a repetir.

Vamos, então, passar à leitura da minuta da ata.

Leitura da minuta da ata.

Às zero horas e cinco minutos foi lida e aprovada. Quem se manifesta contra? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade.

Vamos terminar a nossa sessão, não sem antes vos deixar um pensamento, que é o seguinte: a nossa sessão hoje decorreu de uma forma atribulada, contra o meu gosto. Mas, queria chamar a atenção para o

seguinte: a Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril, da qual faço parte desde 1996, felizmente não tem os tempos de intervenção regulamentados. Tem sido sempre um espaço livre, um espaço aberto, um espaço democrático. Embora repetindo o formalismo, mas como diz o povo, é à vontade, mas não é à vontadezinha.

Portanto, há sempre tempo para todos falarmos, para todos darmos a nossa opinião, para todos nós expressarmos aquilo que é o nosso sentir, e isso ficar gravado em ata, e ficar, de certa forma, em contacto com os nossos fregueses, se assim quiserem tomar conhecimento. Agora, é evidente, se entrarmos numa situação de conflitualidade, que é contra os meus princípios, e com a qual eu não posso de forma nenhuma concordar, teremos de fazer um Regimento para estipular, como acontece na Assembleia Municipal, o tempo atribuído a cada um, para que seja limitado às suas votações. E eu não gostaria que isso acontecesse, mas estamos sempre abertos a que tal aconteça, para resolver os problemas e as dificuldades que nos surgem.

Por outro lado, se me permitem, já agora, eu queria dar-vos um pensamento politicamente incorreto – politicamente incorreto, que eu sei que não vão concordar comigo, mas apesar de toda a legitimidade que existe na presença do público, e na intervenção do público, isto não é uma Assembleia Popular. Isto é uma Assembleia Democrática, em que os elementos, membros da Assembleia, são representantes do povo. Quando vejo muita gente da população aqui presente, eu só concluo, politicamente, que vocês não têm representatividade, porque os Partidos políticos que aqui estão não estão a ser representados, há a necessidade de as pessoas cá virem para fazer.

É evidente, isto é a minha maneira de ver. É evidente que eu também sei, porque também já estive aqui, e eu não gosto de falar contra quem não está cá presente, o PCP, quando tinha três elementos, tinha muita disponibilidade para falar; quando passou a ter um elemento, passou a trazer o público para falar pelo PCP. Mas, todos nós percebemos isso. Hoje não tem ninguém. Hoje, nesta Assembleia, o PCP não está representado.

Isto é um pensamento que é pessoal, eu disse logo no princípio que era politicamente incorreto, mas não posso, neste momento, deixar de transparecer e abrir a minha alma a este pensamento, para que vocês também pensem, e considerem o que entenderem.

Muito obrigado pela vossa atenção, e pela vossa ajuda e colaboração.

Muito obrigado. Boa noite.

Assim, deu-se por terminada a sessão, quando eram zero horas e cinco minutos do dia 25 de junho de 2026.

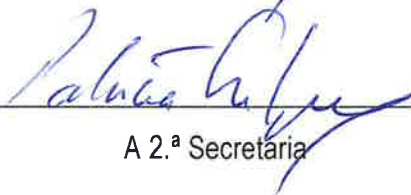
ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASCAIS E ESTORIL
Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, Pavilhão Guilherme Pinto Basto, Piso 1, Sala de
Troféus
2750-762 CASCAIS



O Presidente da Assembleia de Freguesia



O 1.º Secretário



A 2.ª Secretária